



Relatório de Gestão 2024





Relatório de Gestão 2024



Sumário

Mensagem da Presidência	4
Composição da Corte do TRE-PB	7

Visão geral organizacional e ambiente externo8

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas	9
1.2. Estrutura organizacional e de governança	10
1.3. Modelo de negócio	12
1.4. Cadeia de valor	13
1.5. Relacionamento com a sociedade	14
1.6. Ambiente externo	20
1.7. Determinação da materialidade das informações	21

Riscos, oportunidades, desafios e perspectivas22

2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos	23
2.2. Oportunidades, desafios e perspectivas	24

Governança, estratégia e desempenho28

3.1. Plano Estratégico	29
3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRE-PB de gerar valor	30
3.3. Resultados e desempenho da gestão	33
3.4. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão	39
3.5. Resultados das principais áreas de atuação.....	41

Demonstrações Contábeis 65

Outras Informações 67

5.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	68
5.2. Auditorias e Consultorias internas	70



Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

29/03/2023 a 28/03/2025

A Justiça Eleitoral trabalha sem pausa, com foco no atendimento ao jurisdicionado, no julgamento de processos e na organização e realização de eleições. Nesse contexto, nunca é demais lembrar que somos todos servidores públicos. E como tal, devemos exercer as missões a nós confiadas de forma eficiente e diligente. No caso particular de gestores, a atenção deve ser redobrada, devendo estes exercer seu mister sob a luz da eficiência, da transparência e publicidade de suas ações. É com base nesses princípios que, na condição de presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), tenho a honra, a satisfação e entusiasmo de apresentar o Relatório Integrado de Gestão 2024, documento formatado com o objetivo de revelar na luz da existência – tornar público – as ações e iniciativas promovidas no exercício do nosso mandato, com os respectivos resultados, com destaque para o maior projeto da gestão, a saber: realização das Eleições 2024 com segurança e transparência.

O TRE-PB cumpriu, com determinação, agilidade e eficiência a missão de realizar as Eleições 2024 com segurança e transparência. Neste particular, implementou o projeto “Planejamento e Gestão Democrática das Eleições 2024 – Cidadania e acolhimento”. Em tempo, o Planejamento foi farol guia do Regional em todos os períodos e etapas do processo eleitoral em tela.

As Eleições de 2024, diga-se de passagem, revestiram-se de particular desafio para a Justiça Especializada ante a polarização entre os contendores, a atenção às novidades do mundo digital e o enfrentamento aos primeiros sinais que apontavam influência no pleito por parte de facções criminosas

em tempo de dar respostas firmes, claras, eficientes e diligentes aos ataques à confiabilidade e integridade do processo eleitoral brasileiro no ano em questão.

Diante dos desafios e inovações, a Justiça Eleitoral precisou se reinventar para encarar com firmeza e segurança a era da Comunicação Interativa, que alcançou níveis nunca vistos a partir das redes sociais, do surgimento de novas tecnologias, com destaque para a Inteligência Artificial – ingredientes que exigiram atenção redobrada da Justiça Eleitoral brasileira. Em outra ponta, uma série de projetos e eventos foi empreendida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, mesmo sendo as Eleições o foco maior e principal do exercício de 2024. Nesse contexto, o Regional paraibano, cumprindo sua missão constitucional, inovou, foi notícia e manchete nos principais meios de comunicação do país.

Entre outras ações, destaque para a realização do projeto denominado 'Eleitores do Amanhã', uma iniciativa da presidência do Regional dirigida ao público infantil, com o objetivo de levar às crianças conhecimento acerca da urna eletrônica e do processo eleitoral, trabalhando a concepção e essência da cidadania. A acessibilidade e a inclusão foram, também, pontos fora da curva, por assim dizer, que mereceram especial atenção da gestão que, com ações práticas, deu respostas às demandas e expectativas do público-alvo em questão.

Ainda sobre as eleições, o TRE-PB foi o primeiro regional a totalizar os votos no primeiro turno (06/10/2024), feito destacado pela ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal

Superior Eleitoral, durante entrevista coletiva após a divulgação do resultado do primeiro turno das eleições no país.

O Regional se destacou, ainda, com os projetos "Jovem Eleitor", que incentivou os jovens a participar do processo eleitoral; e "Eleitor Experiente", com o registro do comparecimento à urna de um eleitor com mais de 100 anos de idade.

Na segurança, o TRE-PB realizou uma série de reuniões com as forças de segurança no Estado, nas quais metas foram traçadas e projetos apresentados. Como resultado, o Regional garantiu a realização de eleições de forma tranquila, com intercorrências mínimas. No segmento financeiro, a adoção de medidas resultou em economia, o que significou devolução orçamentária. Entre estas ações, destaque para o aplicativo MezApp, por meio do qual foi feita a convocação online de mesários e demais pessoas convocadas para trabalhar nas seções eleitorais. E, por fim, a gestão realizou pagamento de passivos de eleições passadas.

A propósito da Justiça Eleitoral, nunca é demais lembrar que o trabalho não se encerra com a divulgação do resultado das eleições. E no pleito de 2024 não foi diferente. Após a divulgação do resultado do segundo turno, no dia 27 de outubro de 2024, o Regional deu seguimento ao processo eleitoral cumprindo as etapas referentes a julgamento de ações atinentes ao referido pleito e no apoio às Zonas Eleitorais quanto à prestação de contas. Por fim, no mês de dezembro, participou com apoio direto das etapas de organização e realização da Diplomação dos eleitos.

O projeto “Agiliza Processos Judiciais”, idealizado pela Presidência do Regional, reduziu significativamente a quantidade de processos de prestação de contas eleitorais pendentes de julgamento nesta Justiça especializada.

Diante das demandas que bateram à nossa porta, fez-se necessário avançar na agilidade da prestação jurisdicional, na segurança cibernética e da informação, na promoção da acessibilidade, sustentabilidade e inclusão, além do aperfeiçoamento da gestão orçamentária e de pessoas. O TRE-PB realizou a II Maratona de Inovação da Justiça Eleitoral, com caráter competitivo, inaugurou as novas instalações do Fórum Eleitoral de Alhandra, e fez aquisição de novos computadores para a Secretaria e para as Zonas Eleitorais.

O protagonismo feminino também teve especial atenção no referido exercício, com a efetivação de ações práticas no combate à violência política de gênero e fomento às iniciativas voltadas ao público-alvo, por meio de trabalhos implementados pela Ouvidoria da Mulher em consonância com as diretrizes traçadas pela Presidência do Regional.

No eixo tecnológico este Tribunal instituiu uma rigorosa política de Segurança da Informação e Cibersegurança, com investimentos relevantes em ferramentas e com a instituição de campanhas sobre segurança da informação. Ainda nesse segmento e em razão do novo desafio imposto pela Inteligência Artificial, o TRE-PB inovou ao lançar, em julho de 2024, o sistema uIAra – ferramenta de apoio à detecção de deep fakes em áudios.

Ao olhar para trás, é possível visualizar o ponto de partida e perceber que a caminhada não foi nada fácil. No entanto, é possível afirmar que o TRE-PB, sob a nossa regência e com o apoio de um quadro de pessoal eficiente, não abriu mão de seus valores e propósitos. Além disso, a gestão manteve o que estava dando certo e avançou em novas práticas.

Alicerçado em valores éticos, edificado em pilares sólidos e revestido pela argamassa da imparcialidade, transparência e segurança jurídica, o TRE-PB, com o compromisso dos que fazem o Regional, deu um salto nunca antes visto na revisão de processos de trabalho e na incorporação de novas tecnologias, com destaque para a Inteligência Artificial.

Dever cumprido!

Desembargadora Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Composição da Corte do TRE-PB 2024



Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Vice-Presidente e Corregedor
11/03/2024 a 10/03/2026



Roberto D'Horn Moreira Monteiro da Franca Sobrinho

Jurista Titular
29/04/2024 a 28/04/2026



Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiz de Direito Titular
22/03/2023 a 31/01/2025



Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Presidente do TRE
29/03/2023 a 28/03/2025



Bruno Teixeira de Paiva

Juiz Federal Titular
11/09/2023 a 10/09/2025



Sivanildo Torres Ferreira

Juiz de Direito Titular
13/06/2024 a 12/06/2026

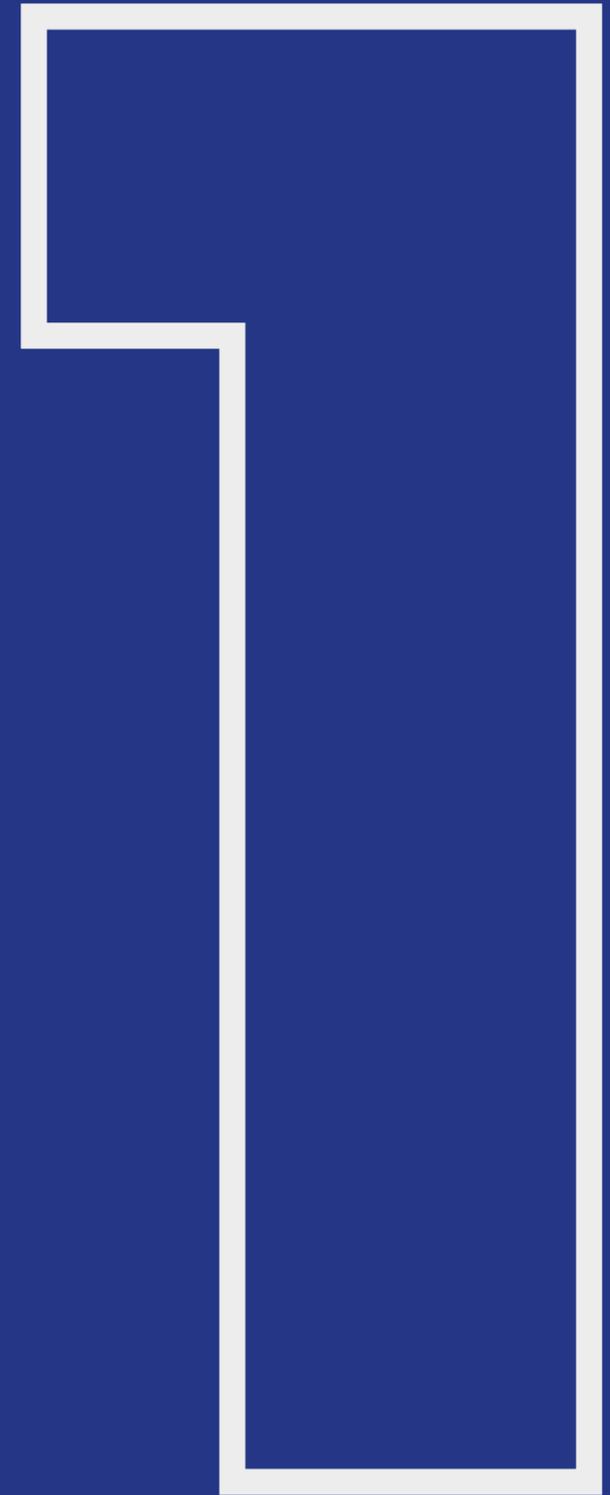


Maria Cristina Paiva Santiago

Jurista Titular
26/12/2022 a 25/12/2024



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



1.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

A Justiça Eleitoral da Paraíba é formada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB) e por 68 Zonas Eleitorais. Sua missão é garantir a legitimidade do processo eleitoral, assegurando que a vontade do cidadão se manifeste plenamente por meio do exercício do direito de votar e de ser votado.

Ela realiza o planejamento, a execução e a apuração das eleições, a administração do Cadastro Nacional de Eleitores e o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade. Também tem competência para julgar as ações eleitorais e os recursos interpostos das decisões dos Juízes e Juntas Eleitorais do Estado, bem como os processos administrativos do próprio Tribunal. A seguir, apresentam-se as principais normas que regem a atuação do órgão:

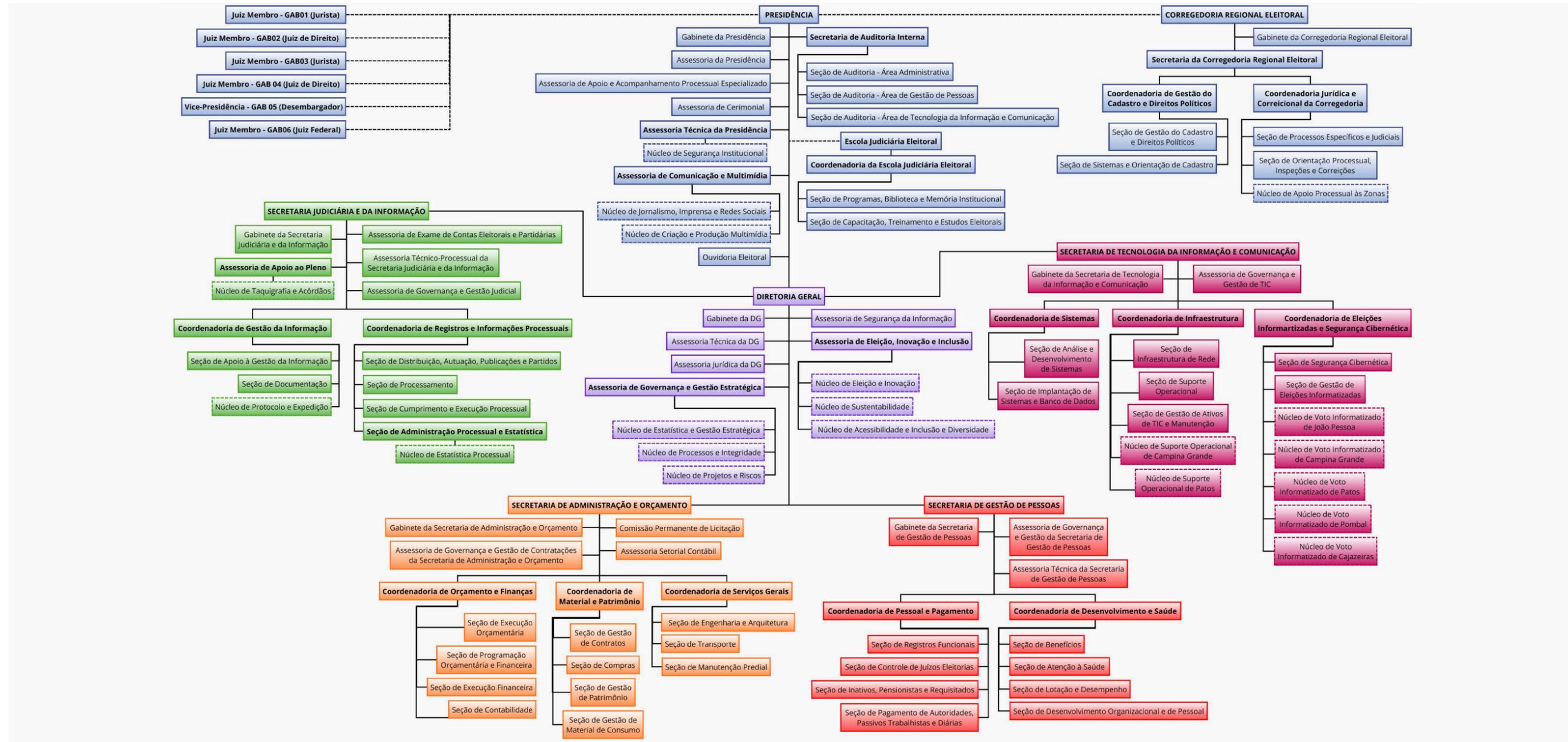
- **Constituição Federal**
- **Lei nº 4.737/1965** (Código Eleitoral)
- **Resolução TRE-PB nº 9/2015** (Regimento Interno do TRE-PB)
- **Resolução TRE-PB nº 14/2019** (Regulamento Interno da secretaria do TRE-PB)
- **Normas do TRE-PB**
- **Normas do TSE**



Referencial Estratégico do TRE-PB

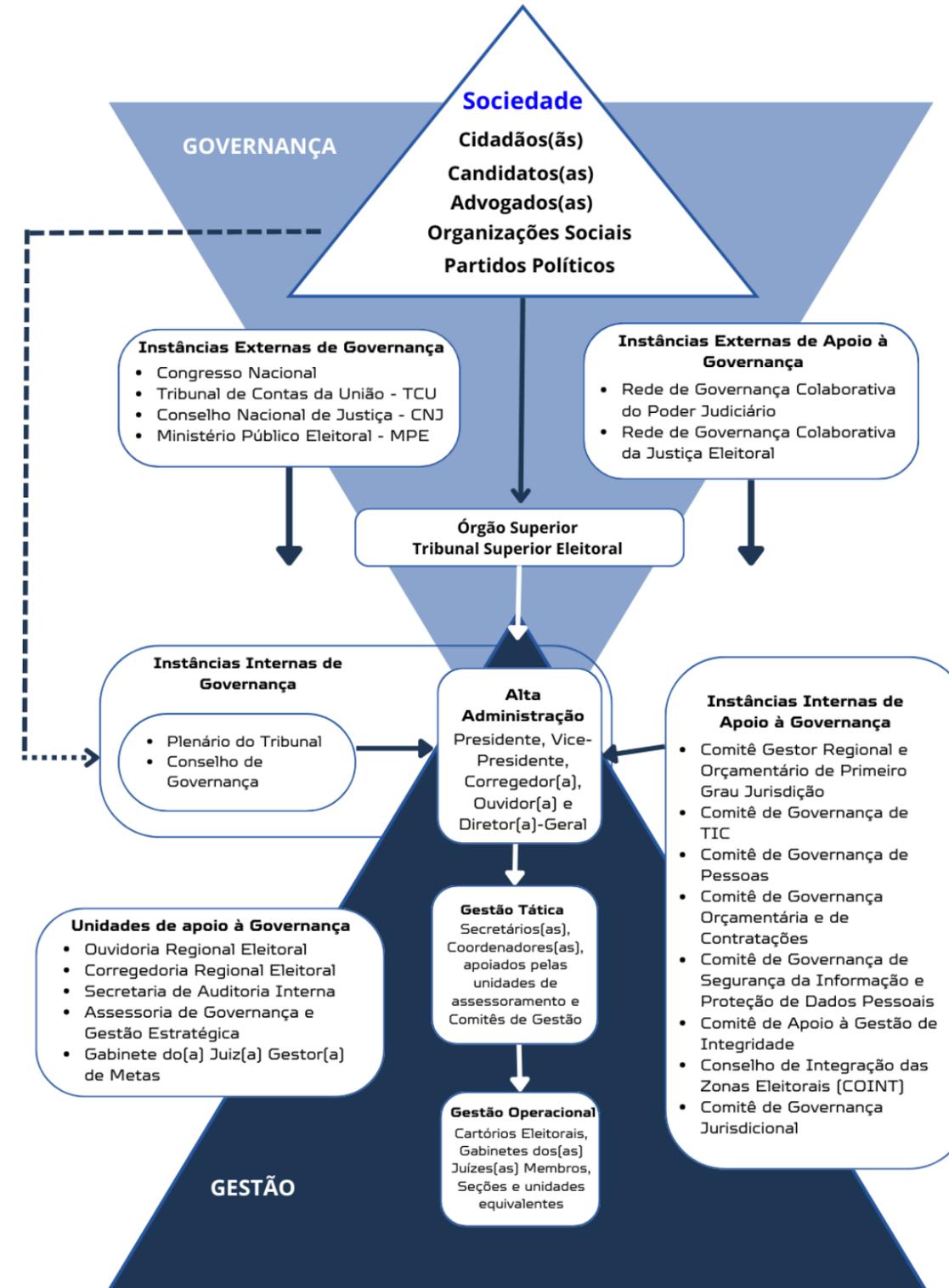
1.2 Estrutura Organizacional e de Governança

A estrutura organizacional do TRE-PB, incluindo suas relações hierárquicas, funcionais e de comunicação, é apresentada de forma visual por meio do organograma abaixo. Você pode acessá-lo clicando neste [link](#).

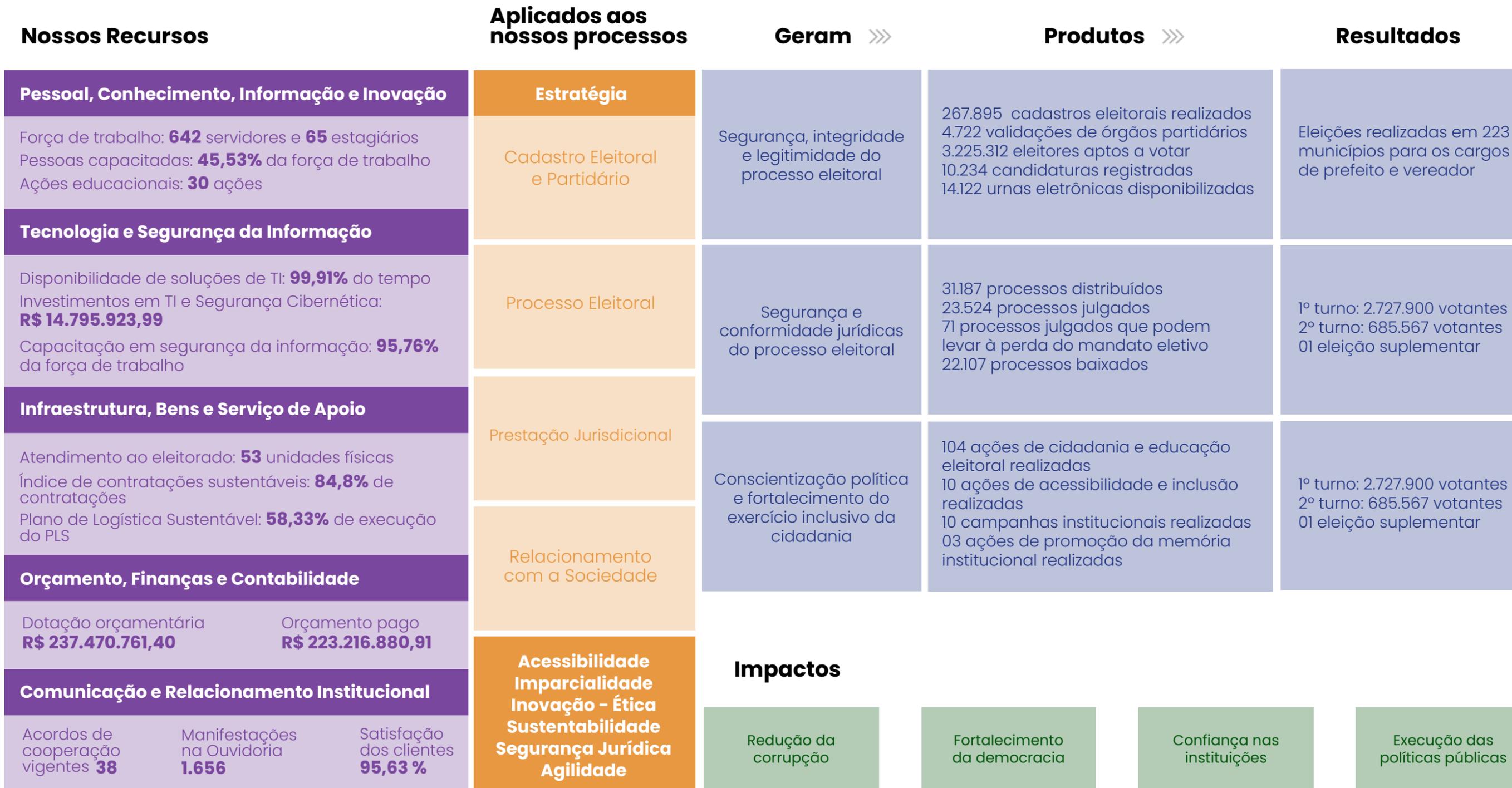


O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas, iniciativas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro. Oportuniza maior alinhamento entre as políticas institucionais, o planejamento e a sistemática de aferição dos resultados.

A representação gráfica ao lado ilustra as principais instâncias de governança, apresentando de maneira estruturada os diversos atores que desempenham funções de governança e gestão da Instituição. Ela também mostra como esses atores se relacionam para cumprir a missão e alcançar a visão da organização.



1.3 Modelo de Negócio



1.4 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do TRE-PB é composta por um conjunto de macroprocessos que se dividem em três categorias: Estratégicos, Finalísticos e de Suporte. Esses processos estão inter-relacionados e têm como objetivo principal agregar valor às atividades da Instituição. Dessa forma, eles buscam atender de maneira eficaz às necessidades dos usuários dos serviços oferecidos pelo TRE-PB ([Portaria nº 32/2022 TRE-PB/PTRE](#), Art. 1º, § 1º).

A Arquitetura de Processos consiste no desdobramento da Cadeia de Valor em processos de trabalho de segundo e terceiro níveis e respectivos produtos gerados ([Portaria nº 32/2022 TRE-PB/PTRE](#), Art. 1º, § 2º). Todas as funções operacionais e atividades realizadas no órgão devem estar contempladas na Arquitetura de Processos de Trabalho.

Os dois instrumentos referidos acima constituem base para importantes itens de governança e gestão institucional. Mais informações sobre o tema podem ser consultadas neste [Link](#).

Em 2023, através de um trabalho conjunto de 22 (vinte e dois) tribunais regionais eleitorais, foi elaborada uma referência de Cadeia de Valor e de Modelo de Negócio para os tribunais regionais eleitorais. Essa iniciativa originou-se a partir da consciência da identidade entre esses tribunais e da necessidade de oferecer à sociedade mais transparência e clareza quanto às atividades por eles desempenhadas e quanto ao valor público gerado.

Inspirado no referencial de Cadeia de Valor para os tribunais regionais eleitorais, o TRE-PB deu início, em 2024, a um processo de revisão e atualização da sua Cadeia de Valor, com a conclusão dos trabalhos prevista para o primeiro semestre de 2025.

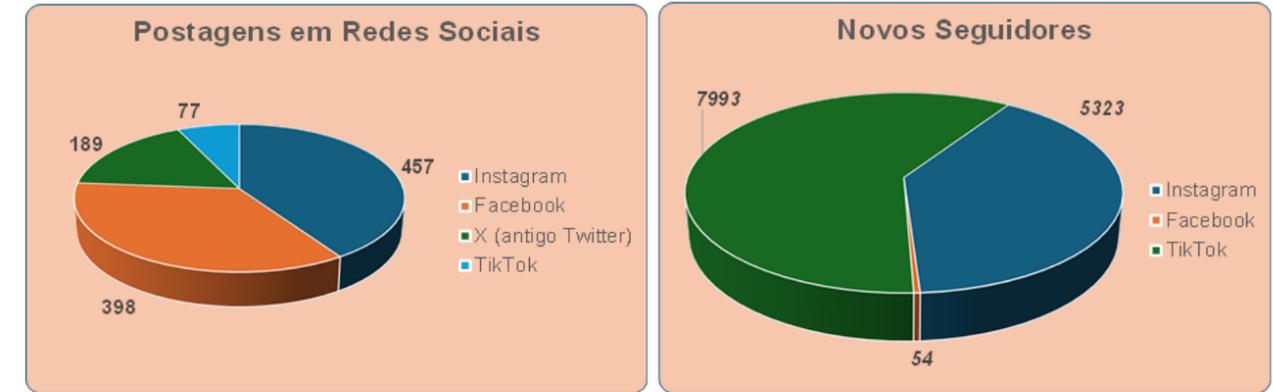


1.5 Relacionamento com a Sociedade

Canais de Comunicação: Redes Sociais

Ao longo do exercício de 2024, a Assessoria de Comunicação e Multimídia (ASCOM), unidade responsável pela gestão das redes sociais institucionais, realizou a publicação dos seguintes quantitativos de matérias e postagens:

- 353 matérias no site www.tre-pb.jus.br
- 418 matérias na intranet do TRE-PB
- 11.836 fotografias produzidas
- 457 postagens no Instagram - 5.323 novos seguidores
- 398 postagens no Facebook - 54 novos seguidores
- 189 postagens no X (antigo Twitter)
- 77 postagens no TikTok - 7.993 novos seguidores



No TikTok, o TRE-PB é o 2º Tribunal Regional Eleitoral com mais seguidores, ficando atrás apenas do TRE-PR.

Em 2024, foram 6,7 milhões de visualizações. Desde o início, o 1º vídeo mais visto tem 4.5 milhões de visualizações, o 2º vídeo mais visto tem 2.2 milhões visualizações e o 3º vídeo mais visto tem 1.8 milhões visualizações.

Segundo dados analíticos da ferramenta SocialMediaGov, no primeiro semestre de 2024, o TRE-PB obteve o 2º lugar em envolvimento/engajamento, com 240.397 interações, inclusive à frente do TSE e atrás apenas do TRE-PR. Em setembro de 2024, alcançou o 1º lugar em número de comentários, com 8.483 entre todos os Tribunais Judiciários, Estaduais e Federais (Eleitorais, Trabalhistas e Militares), inclusive à frente do Supremo Tribunal Federal e do TSE.

Ouvidoria Eleitoral

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral foi criada pela Resolução TRE-PB N.º 08/2010 e regulamentada pela Resolução

TRE-PB N.º 13/2011, com as alterações da Resolução TRE-PB 27/2020 – alterada pelas Resoluções TRE-PB 3/2022 e 33/2022. É um órgão autônomo, integrante da Alta Administração. Funciona como encarregada da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13709/2018). Também tem como atribuição o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Registrem-se, ainda, as atividades da Ouvidoria da Mulher, implantada através da Resolução TRE-PB 07/2023 e que tem uma Juíza Ouvidora como titular.

Através dessa unidade, o cidadão pode demandar suas denúncias, reclamações, sugestões e solicitações. Um dos canais para essa comunicação é a rede mundial de computadores por meio do link <https://www.tre-pb.jus.br/o-tre/ouvidoria-eleitoral/ouvidoria-eleitoral-do-estado-da-pa-raiba>. O demandante também pode encaminhar solicitação para o e-mail "ouvidoria@tre-pb.jus.br" e pelos telefones (83) 3512.1381, 3512.1450 e 3512.1451. A unidade também recebe demandas pelo aplicativo de autoatendimento "Sz.chat". As demandas podem, ainda, ser recebidas pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos correios.

Em 2024, foi registrado o recebimento de 1.656 demandas na Ouvidoria. Destas, 287 (duzentos e oitenta e sete) foram provenientes de ligações telefônicas anônimas.

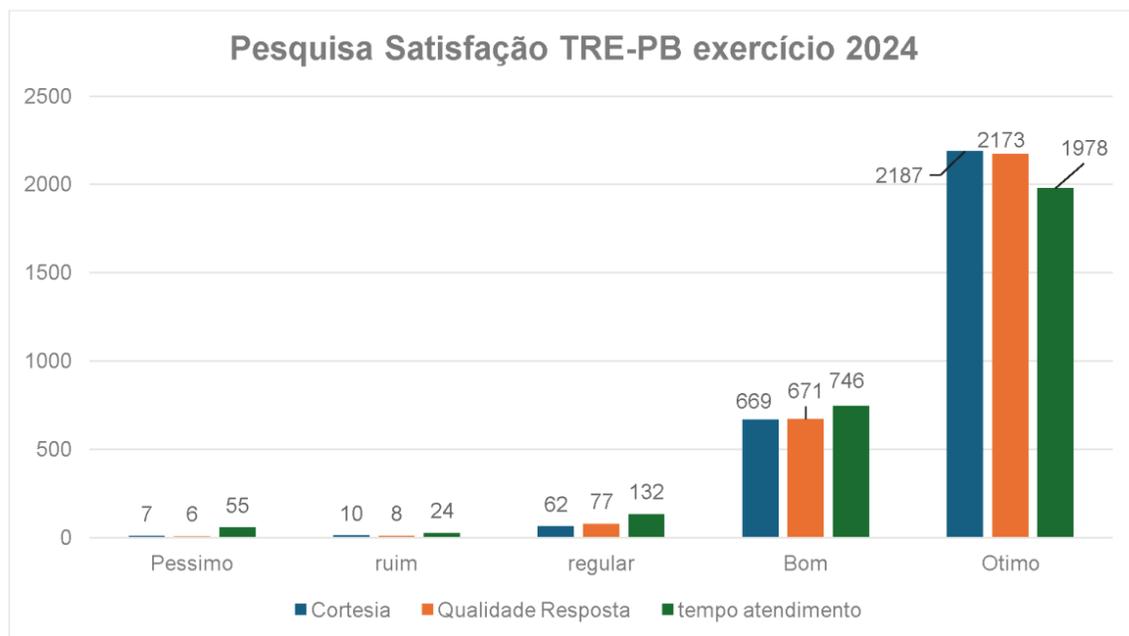
Manifestações recebidas pela Ouvidoria Eleitoral em 2024

Órgão	Tipo	2024											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TRE-PB	Ouvidoria da Mulher: Denúncia Contra Violação à Igualdade de Gênero											1	1
TRE-PB	Ouvidoria da Mulher: Denúncia de Assédio Moral e/ou Sexual				1					1			2
TRE-PB	Ouvidoria da Mulher: Denúncia de Violência Política Contra Mulher								1				1
TRE-PB	Ouvidoria: Atendimento ao cidadão				1				1				2
TRE-PB	Ouvidoria: Audiência Pública				1					1			2
TRE-PB	Ouvidoria: Concursos	6	2		3	3	11	7	4	6	4	7	6
TRE-PB	Ouvidoria: Consultas	38	13	23	65	80	44	214	183	137	286	212	72
TRE-PB	Ouvidoria: Crítica	1				1	1	3			2	1	9
TRE-PB	Ouvidoria: Demandas Fundamentadas na Lei de Acesso à Informação	3	4	8	6	3	6	6	3	5	4		2
TRE-PB	Ouvidoria: Demandas Internas							6	1				7
TRE-PB	Ouvidoria: Denúncia	2	1		5	3	5	4	11	15	9	12	1
TRE-PB	Ouvidoria: Elogio	1									2		3
TRE-PB	Ouvidoria: Proteção de Dados Pessoais (LGPD)				1						1		2
TRE-PB	Ouvidoria: Providências		3			2		1	2			4	12
TRE-PB	Ouvidoria: Reclamação	6	3	1	8	8	4	4	7	9	10	6	1
TRE-PB	Ouvidoria: Sugestão	1			1		1	1			2		6
TOTAL:		58	28	33	91	100	72	246	213	174	320	243	82
		1.656											

Registra-se, ainda, que não houve ocorrência de infrações à Lei Geral de Proteção de Dados em 2024.

Demandas com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (LAI)

Gênero	Grau de instrução	Assunto
Masculino 40	Superior 47	Juridico 5
Feminino 10	Médio 3	Administrativo 45
Outros 0		
Resposta no prazo legal = 50		Total = 50



A pesquisa de satisfação voluntária, aplicada aos usuário(a)s dos serviços do TRE-PB, apresentou os seguintes resultados: a) o item cortesia no atendimento: 97,3% das respostas distribuídas entre “bom” e “ótimo”; b) o item qualidade da resposta: 96,8% das respostas distribuídas entre “bom” e “ótimo”; c) o item tempo de atendimento: 92,8% das respostas distribuídas entre “bom” e “ótimo”.

Carta de Serviços so Cidadão

Documento elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com o objetivo de divulgar os serviços oferecidos pelas Zonas Eleitorais. Nele, são apresentadas as formas de acesso, bem como os compromissos e padrões de eficiência e qualidade no atendimento ao público, visando garantir que essas informações sejam amplamente conhecidas pela sociedade: [Carta de serviços aos cidadãos das zonas eleitorais](#).

Transparência

Em 2024, o TRE-PB alcançou o atendimento de 99,42% dos critérios do Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

Acessibilidade e Inclusão

Palestra “Acolhimento e respeito relacionados à comunidade LGBTQUIAN+”

Acolhimento e respeito relacionados à Comunidade LGBTQUIAN+:
A importância do combate à discriminação e à prática de discursos LGBTfóbicos no ambiente de trabalho e nas campanhas políticas.
NAÍD - NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Instrutora: Andreina Gama
Presidente da Associação de Pessoas Travestis e Transsexuais da Paraíba (ASPTTrans); Coordenadora Nacional de Políticas para População LGBTQUIAN+ da AGBT.

Instrutor: Cleber Ferreira
Presidente no Movimento do Espírito Litás (MEL); Primeiro secretário do Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos (ABGLT); Ocupa a Titularidade pela AGBT no Fórum Nacional de Educação.

05 de abril, 10h às 12h
Acesso Telepresencial (Zoom)
Público-alvo: Servidoras e servidores do TRE-PB e das Zonas Eleitorais.
Inscrições:
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/146/inscricao>

20 participações

O evento objetivou dar visibilidade ao grupo LGBTQUIAPN+ e conscientizar servidoras e servidores da Justiça Eleitoral paraibana acerca dos direitos e acolhimento das pessoas LGBTQUIAPN+ e por conseguinte, diminuir o preconceito e promover a inclusão social.

Palestra intitulada “Diagnóstico tardio: desafios enfrentados pelos autistas no trabalho”

PALESTRA
Diagnóstico tardio: desafios enfrentados pelos autistas no trabalho

Juliana Hernandez
Autista e Coordenadora do Núcleo de Neurodiversidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência do Instituto Banzato da Amazônia

Projeto Cuide-se
EQUIPE SAS

Tribunal Regional Eleitoral-PB

PALESTRA
Dia 17/04 | Horário 15h | Acesso: Plataforma Zoom e canal oficial do TRE-PB no Youtube

20 participações

O evento objetivou dar visibilidade, fomentar discussão, ouvir relatos, conhecer um pouco sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e por conseguinte, diminuir o preconceito e promover a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual.

Palestra Telepresencial sobre a Escrita simples

Palestra Escrita Simples

Instrutora
Melissa Medroni

Jornalista formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Letura de Múltiplas Linguagens pela PUCPR, formada no Programa Avançado em Comunicação Pública da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) e mestranda em Estudos de Linguagens na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). É Analista Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), onde ocupa o cargo de coordenadora de Comunicação Social.

19 de abril, às 10h
Formato: Telepresencial (via Zoom)
Público-alvo: Servidoras e servidores do TRE-PB e das Zonas Eleitorais.
Inscrições:
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/149/inscricao>

35
participações

Conscientizar e instruir os servidores do TRE-PB e das zonas eleitorais da Paraíba, sobre a necessidade da utilização de uma linguagem mais simples, clara e objetiva para que facilite a compreensão dos textos por todos os eleitores paraibanos.

Mesa Redonda sobre o Segundo Evento sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral

MESA REDONDA
Segundo Evento sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral

Data: 17 de maio, às 10h
Público-alvo: Servidores (as), estagiários (as) e prestadores de serviços do TRE-PB.
Local: Sala de treinamento da EJE (4º andar)
Inscrições:
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/147/inscricao>

Instrutoras:
Cristiane Quirino
Tradutora e Intérprete de Libras; Servidora do IFPB - Campus Cabedelo Centro.
Heliosman de Oliveira
Assessor para Políticas Públicas da FUNAD; Professor convidado da ENSP/FIOCRUZ.

Apresentações culturais
Grupo de Dança Superando Limites - FUNAD
Cantor e Compositor Beto Melo

27
participações

Conscientizar e sensibilizar os servidores da sede do Tribunal Regional Eleitoral sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência, sobretudo, por conta das barreiras atitudinais, para realizar atividades de cidadania.

Palestra sobre Crimes de LGBTfobia nas Redes Sociais

PALESTRA
Crimes de LGBTfobia nas Redes Sociais

Data: 07 de junho, às 10h
Acesso: Telepresencial (Zoom)
Inscrições:
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/156/inscricao>
Público-alvo: Magistrados e Servidores da Justiça Eleitoral do TRE-PB.

Instrutor
Dr. José Godoy
Procurador da República

19
participações

Trazer à baila reflexões sobre o papel do Judiciário eleitoral na preservação dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, de modo a coibir todo e qualquer discurso preconceituoso e criminoso direcionado a esse grupo vulnerabilizado.

Curso de Linguagem Simples

Curso Linguagem Simples

12 e 13 de junho, das 14h às 18h

Público-alvo: Servidoras e servidores do TRE-PB.
Inscrições:
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/158/inscricao>

Instrutora
Marcia Ditzel Goulart
Analista Judiciária Gestora do LINC (Laboratório de Inovação e Criatividade da Justiça Federal do Paraná); Especialista em Gestão na Administração Pública; Especialista em Inovação e Transformação Digital; Especialista em Jurisprudência Inovadora para além de 2030, pela ENFAM; Membro da PLAN Internacional e da Rede Comunica Simples Brasil.

Instrutor
José Fernando Barros e Silva
Analista em Tecnologia da Informação; Coordenador de Suportes; Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Minas Gerais; Bacharel em Sistemas de Informação e Direito; Curso de Especialização em Distância pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

34
participações

Capacitar servidores e servidoras do TRE-PB acerca dos princípios básicos da Linguagem Simples.

Mesa Redonda sobre aposentadoria do servidor público com deficiência



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | **Escola Judiciária Eleitoral da Paraíba**
Das Feadoras | Line da Silveira

MESA REDONDA

SOBRE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO COM DEFICIÊNCIA

Público-alvo
Servidores e Servidoras da Justiça Eleitoral (vagas limitadas).

Data
08/11 (8h às 12h)

Carga Horária
4h

Modalidade
Online

Inscrição
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/169/inscricao>

Instrutor
Ocino Batista dos Santos Júnior

É Procurador da Fazenda Nacional - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2016)
Pós-graduação em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (2019)
Foi Analista Judiciário - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Foi Professor Substituto do curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sousa

24
participações

Realizar atendimento remoto através das Libras com foco de auxiliar e prestar informações aos(as) eleitores(as) surdos(as) da Paraíba.

Palestra sobre Equidade Racial



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba | **Escola Judiciária Eleitoral da Paraíba**
Das Feadoras | Line da Silveira

PALESTRA

SOBRE EQUIDADE RACIAL

Público-alvo
Magistrados, Servidores e Servidoras do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba TRE-PB

Data
29/11 (10h às 12h)

Carga Horária
2 horas

Modalidade
Telepresencial (Plataforma Zoom)

Vagas
100

Local
Tribunal Regional da Paraíba TRE-PB

Inscrição
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/170/inscricao>

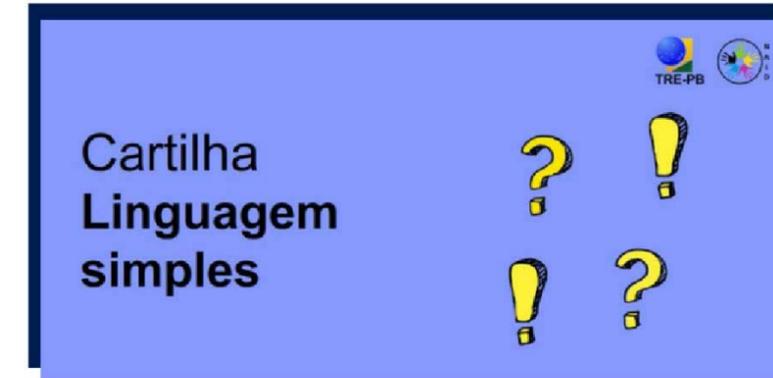
Palestrante
ANA PAULA ROMÃO DE S. FERREIRA

Licenciada em História, Mestra e Doutora em Educação. Professora Associada (UFPB). Foi consultora da UNESCO para avaliação de política educacional antirracista. Ministra aulas sobre História e Cultura Africana e afro-brasileira e política educacional. Pesquisa temas na área de História e memória de mulheres camponesas; Educação do/no Campo e Educação Escolar Quilombola. Líder do Grupo "Pedagogia Griô: Cultura, Gênero e Etnias" (CNPQ).

13
participações

Propor reflexões sobre equidade racial e estimular a conscientização dos (às) servidores(as) em relação a importância do combate ao racismo e a qualquer tipo de discriminação racial.

Lançamento da Cartilha de Linguagem Simples



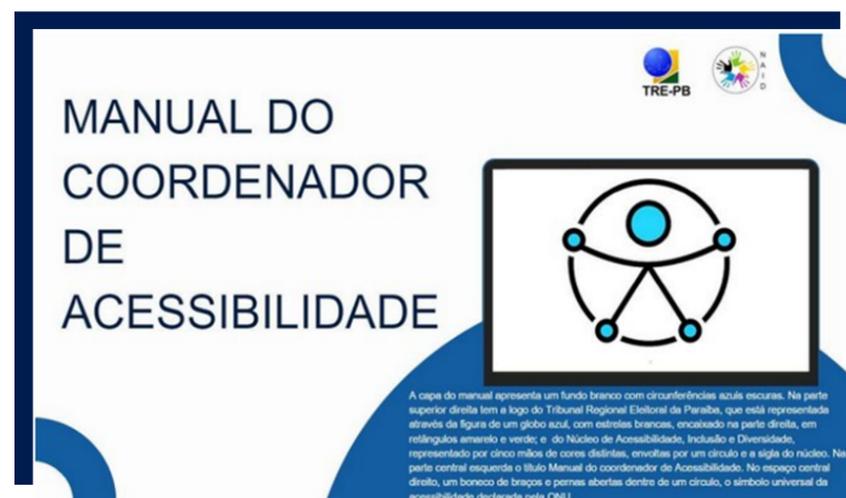
O intuito da cartilha é instruir os servidores(as) e magistrados(as) da proposta da linguagem simples como modalidade de comunicação direta, clara e acessível, bem como, instruí-los para produção de textos de mais fácil compreensão.

Vídeo sobre acessibilidade e barreiras atitudinais



Promover a conscientização dos servidores(as) e estagiários(as) do TRE-PB para uma melhor convivência social junto às pessoas com deficiência, através da desarticulação das barreiras atitudinais, que mais dificultam uma melhor qualidade de vida desse grupo.

Manual do coordenador de acessibilidade



Apresentar informações básicas de acessibilidade para dar suporte aos (às) auxiliares eleitorais que desempenharam as funções de coordenadores(as) de acessibilidade, bem como aos (às) mesários(as) que trabalharam nas eleições de 2024.

Vídeo institucional sobre as atividades a serem desenvolvidas na Central de Libras no pleito eleitoral de 2024



Divulgar as atividades da Central de Libras, de modo a informar a existência desse canal de comunicação inclusiva durante as eleições de 2024.

Central de Libras



Realizar atendimento remoto através da Libras com foco de auxiliar e prestar informações aos(às) eleitores(as) surdos(as) da Paraíba.

Instalação de Comissões de Acessibilidade no 1º turno do pleito eleitoral de 2024, ação promovida pela 3ª Zona Eleitoral da Paraíba.



Atender eleitoras e eleitores com deficiência, orientando-os e acolhendo-os, a fim de garantir o pleno exercício do voto.



06 de outubro de 2024



Santa Rita, Conde e Cruz do Espírito Santo

1.6 Ambiente externo

Com a aproximação das eleições municipais, o TRE-PB implementou ações significativas para combater a desinformação e garantir a segurança do processo eletrônico de votação. Além disso, diversas campanhas socioeducativas foram realizadas, com o intuito de promover o exercício da cidadania e fortalecer a democracia. Essas iniciativas foram fundamentais para assegurar que os eleitores estivessem bem informados e engajados no processo eleitoral.

No aspecto financeiro e de pessoal, destacaram-se, mais uma vez, as limitações orçamentárias e de força de trabalho como desafios aos gestores na busca pela excelência da prestação do serviço público, os quais precisam gerir as mesmas ou maiores demandas com cada vez menos recursos. Essa situação continua a impactar a gestão do Tribunal, especialmente devido à significativa evasão de servidores causada por aposentadorias. O cenário econômico de inflação e aumento de juros repercutiram nas contratações em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas empresas para cumprirem os compromissos instituídos em atas de registro de preços.

No âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, os cidadãos esperam que o poder público ofereça seus serviços de maneira cada vez mais ágil, prática e segura. Essa expectativa é refletida na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, que visa promover a inovação e a transformação digital como metas a serem alcançadas. Em 2024, o processo de

adequação do TRE-PB à nova lei de licitações impactou a execução das contratações de TIC. Além disso, o aumento do risco de segurança cibernética, destacado como um dos principais desafios pelo Relatório Global de Riscos do Fórum Econômico Mundial, representou um fator externo significativo que afetou as operações de TIC.

A ampliação de competências da Justiça Eleitoral e os esforços para transformação digital provocam, além de um considerável aumento da demanda, a transformação de processos e o incremento de serviços de natureza complexa, afetando sobremaneira as rotinas de trabalho. Garantir a força de trabalho capacitada e adequada às necessidades do Tribunal para a prestação de serviços à sociedade, nesse contexto de ampliação da competência da Justiça Eleitoral para o processamento de ações criminais e de efervescente transformação digital, configura-se em um grande desafio para a Justiça Eleitoral da Paraíba.

1.7 Determinação da materialidade das informações

A estratégia utilizada para determinar a materialidade e definir os limites deste relatório teve como foco a integração entre as unidades, a participação da alta gestão e a conectividade das informações consideradas significativas para o cidadão, formalizadas em processo próprio, debatidas e avaliadas em reunião. Os temas foram determinados adotando o modelo de negócios do TRE-PB como diretriz, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade.

Quanto aos limites do relatório, ressalta-se que foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle. Buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos. Como resultado desse processo, destacaram-se os temas apresentados na figura ao lado:

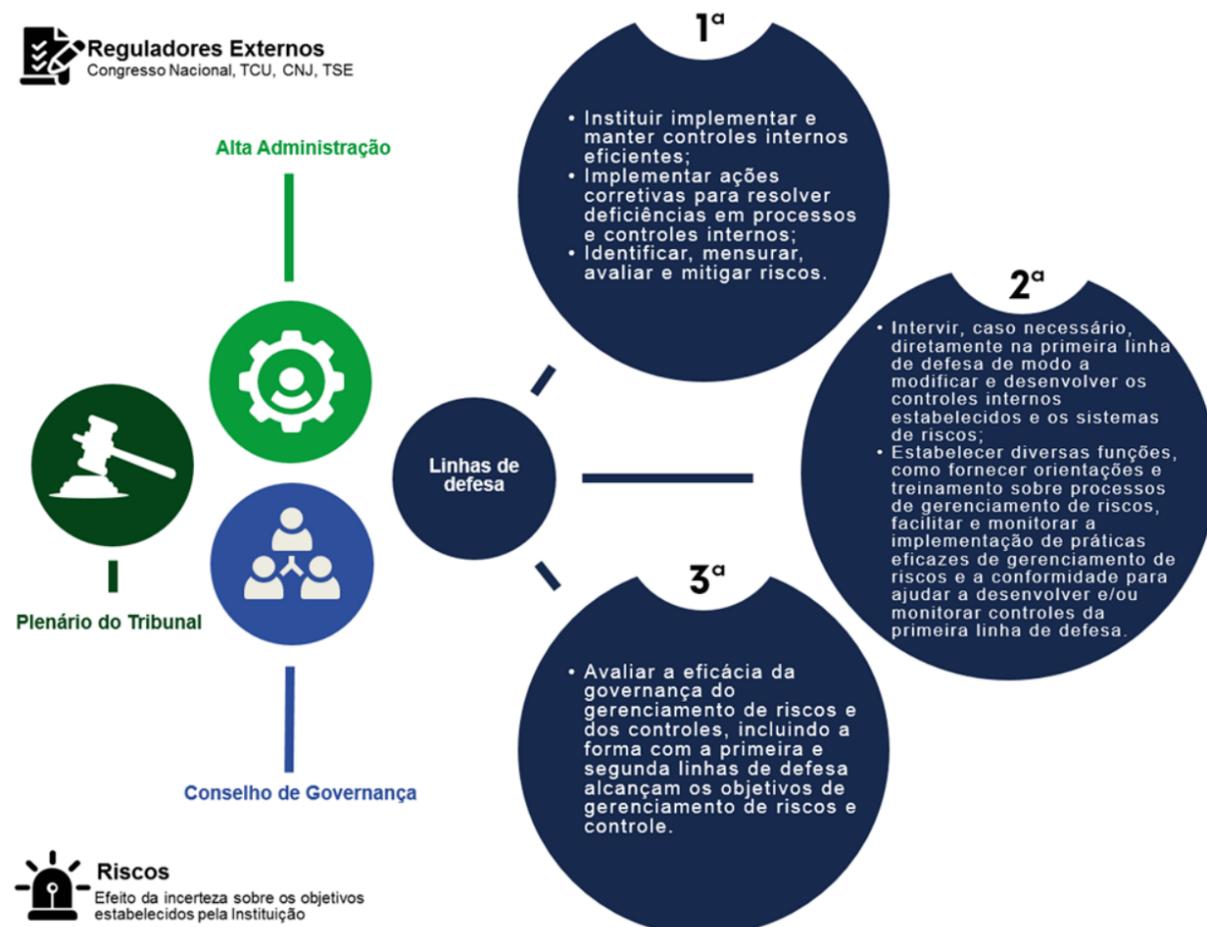


**Riscos,
Oportunidades,
Desafios e
Perspectivas**



2.1 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba segue a [Resolução TRE/PB nº 11/2017](#). O processo é conduzido de forma descentralizada, com cada unidade administrativa gerenciando os riscos dentro de sua área de atuação, durante a execução de processos de trabalho, projetos e ações nos níveis estratégico, tático e operacional.



O Tribunal utiliza o modelo das “Três Linhas de Defesa”, no qual três grupos distintos trabalham de forma coordenada para fortalecer o controle interno. Cada grupo tem um papel específico, conforme a estrutura organizacional, fortalecendo assim o sistema de controle interno da organização.

As unidades identificam, avaliam e tratam os riscos que podem comprometer a eficiência dos processos, o cumprimento dos objetivos estratégicos e a entrega de valor ao cidadão. Ao longo do exercício 2024, os principais riscos foram identificados, gerenciados e comunicados à Alta Administração.

O [Painel de BI da Gestão de Riscos](#), que apresenta os principais riscos relacionados à estratégia organizacional e as medidas adotadas para reduzi-los, está disponível no portal da transparência do Tribunal.



2.2 Oportunidades, Desafios e Perspectivas

Oportunidades



Reestruturação da Secretaria do Tribunal: a alteração da estrutura organizacional da Secretaria do TRE-PB trouxe a oportunidade de reorganizar a Corregedoria Regional Eleitoral, contribuindo para a otimização dos serviços administrativos e judiciais, o fortalecimento da gestão estratégica, da gestão do cadastro eleitoral, da tecnologia da informação e do apoio às Zonas Eleitorais, em benefício da melhor prestação de serviços pela Justiça Eleitoral da Paraíba.

Avanços em transformação digital: Serviços de auto-atendimento ao cidadão: durante as últimas semanas do prazo final para alistamento eleitoral, questões técnicas (necessidade de coleta presencial de dados biométricos) impedem a emissão do primeiro título eleitoral (principal demanda do período) pela Internet. Entretanto, para diminuir as filas, foi possível orientar os eleitores a usarem o auto-atendimento online nos demais casos. Entre os dias 22/04/2024 e 08/05/2024, foram registrados 95.996 requerimentos de alistamento eleitoral, sendo 85.512 presencialmente e 8.664 online.

Suporte ao eleitor via WhatsApp: Durante as semanas finais de alistamento eleitoral, foram realizados 7.268 atendimentos via chatbot para orientações ao eleitor, dos quais 5.062 foram auto-atendimentos (o eleitor recebeu a informação buscada sem necessidade de contato com um atendente). Nas semanas anteriores ao primeiro turno, foram 24.934 atendimentos (21.152 auto atendimentos). Entre o primeiro e o segundo turno, foram 5.267 (4.602 auto-atendimentos).

Atualização do Cadastro Eleitoral quanto à situação de pessoas com deficiência: foram identificadas 10.663 pessoas com deficiência sem a anotação relacionada no Cadastro Eleitoral. Isso permitiu garantir a acessibilidade em todas as seções identificadas, com ações de infraestrutura e provisão de recursos como, por exemplo, 2.500 fones de ouvido distribuídos para possível uso de pessoas com deficiência visual. Também permitiu incentivar a atualização cadastral desses eleitores no sistema SouPCD, por mensagens automatizadas via WhatsApp.

Convocação aos trabalhos eleitorais por mensagem eletrônica (Sistema MezApp): em 2024, o TRE-PB implementou a convocação de mesários por mensagens no WhatsApp utilizando o documento impresso apenas como alternativa. Foram 51.016 notificações enviadas pelo sistema com 31.496 confirmações de recebimento pelo remetente (mais de 60% de convocações bem sucedidas), proporcionando simplificação do processo, economia de recursos e possibilidade de orientações adicionais aos convocados online.

Automação dos serviços processuais: em iniciativa inédita no âmbito do Judiciário Eleitoral paraibano, os servidores e magistrados do primeiro grau receberam o apoio da máquina virtual “Janus” na análise e julgamento dos pedidos de registro de candidatura nas eleições 2024. A ferramenta desenvolvida pelo TRE-BA promoveu a automação de diversas rotinas e o uso de Inteligência Artificial na elaboração das minutas de sentenças. Foram criados mais de 17.000 documentos, entre minutas de sentenças, editais e certidões, desafogando de forma considerável o trabalho dos servidores e magistrados das Zonas Eleitorais, que puderam se dedicar a outras atividades igualmente relevantes do pleito. Trata-se de um marco na busca da celeridade processual e que descortina um futuro promissor na administração do tempo do processo judicial eleitoral.

Consolidação da atuação do JANUS – Registro de Candidaturas (RCAND):

Sentenças minutadas	149
Intimações enviadas	6.521
Certidões (publicação de edital e de impugnação)	6.365
Certidões de trânsito em julgado	3.361
Documentos criados	17.694
Documentos assinados	17.489
Editais publicados (rotina Inicial Edital)	8.980
Intimações realizadas (rotina Vista MPE)	1.043

- Desenvolvimento do robô “Vitória” para automação de tarefas simples do Processo Judicial Eletrônico, como a visualização de expedientes no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e a etiquetagem de processos.
- Otimização dos custos por meio das contratações compartilhadas.
- Capacitação da força de trabalho.
- Aprovação do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para o triênio 2024 a 2026: fundamentado na Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 240/2016](#)) e subordinado ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, mantém alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 e tem como principal direcionador o macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”.
- Aprimoramento do planejamento de auditoria interna de longo prazo, adequando-o ao Manual de Auditoria do Poder Judiciário.
- Utilização da Inteligência Artificial para processar dados em velocidade e precisão intangíveis por auditores humanos: A Secretaria de Auditoria Interna do TRE-PB firmou contato com a Controladoria Geral da União – CGU e passou a receber alertas da ferramenta desenvolvida por esse órgão, denominada ALICE, que analisa diariamente, de forma automatizada, os processos de compras e contratações públicas.

- Padronização de modelos de documentos dos atos de Secretaria, elaboração de fluxos de atos cartorários decorrentes da [Resolução TSE nº 23.709/2022](#) e da [Resolução TRE-PB nº 4/2024](#) e reforma de organograma para adaptação das unidades a novas realidades.
- Criação de comissão de análise de contas para redução do acervo de processos de Prestação de Contas (Anuais e Eleitorais) pendentes de parecer técnico conclusivo, com impacto na redução da Taxa de Congestionamento do TRE-PB.

Desafios



Com a força de trabalho reduzida, o TRE-PB enfrenta o desafio do aumento crescente de demandas e exigências dos órgãos de controle, sem a correspondente recomposição de servidores. O quantitativo de 13,94% de servidores do Quadro

Permanente estão em abono de permanência, segundo dados levantados em dezembro de 2024. Além da evasão por aposentadorias, a Justiça Eleitoral, que já conta com reduzido quadro permanente no 1º Grau e sempre dependeu do auxílio da força de trabalho de outros órgãos públicos, tem enfrentado severa dificuldade no atendimento dessas requisições.

- A ampliação da competência da Justiça Eleitoral para o processamento de ações criminais tornou imperativo atualizar

os processos de trabalho para capacitar os servidores do TRE-PB, especialmente em competências criminais antes pouco exigidas no 1º e no 2º grau.

- Consolidação da adoção da nova Lei de Licitações (14.133/2021).
- Garantia da segurança cibernética, área que impacta diretamente na credibilidade do processo eleitoral brasileiro.
- Desenvolvimento de painéis de bussiness intelligence, consolidando informações para a tomada de decisão do Tribunal.
- A utilização de inteligência artificial nos canais de relacionamento com a sociedade e para automatizar tarefas de processos judiciais e administrativos.
- Ampliação das compras compartilhadas com outros tribunais eleitorais, diminuindo o esforço e custo das contratações da área de TIC.
- A transformação digital que gera uma demanda crescente por novos serviços de TIC em prazos curtos e com alta disponibilidade, tornando essencial garantir uma força de trabalho capacitada e preparada para esse cenário.
- Terceirização dos serviços de desenvolvimento de soluções e de suporte operacional para fazer frente ao aumento da demanda.
- Utilização efetiva e adequada da Inteligência Artificial no contexto da auditoria interna.

Perspectivas:



- Impulsionamento da transformação digital e ampliação da oferta de serviços ao cidadão.
- Ampliação da automação processual com o "Janus" e outras ferramentas, além do apoio remoto às Zonas Eleitorais.
- Ampliação dos processos de compras compartilhadas com outros tribunais eleitorais e utilização das oportunidades trazidas pela nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021).
- Busca pela economicidade, diminuição de custos, otimização de procedimentos e implementação de novos processos de trabalho.
- Intensificação das ações de cidadania em 2025, especialmente no atendimento ao eleitor em locais com especificidades e grupos vulnerabilizados e promoção de audiências públicas nos principais polos eleitorais da Paraíba.
- Reposição mínima da força de trabalho com a realização do concurso unificado e possibilidade de terceirização avalizada pelo TSE.
- Reestruturação das Zonas Eleitorais (regionalização)
- Celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de novas soluções com uso de inteligência artificial e ciência de dados.
- Automatização e integração dos processos de trabalho.
- Nomeação dos novos servidores, com estimativa de concretizar-se no segundo semestre de 2025.

**Governança
Estratégica e
Desempenho**



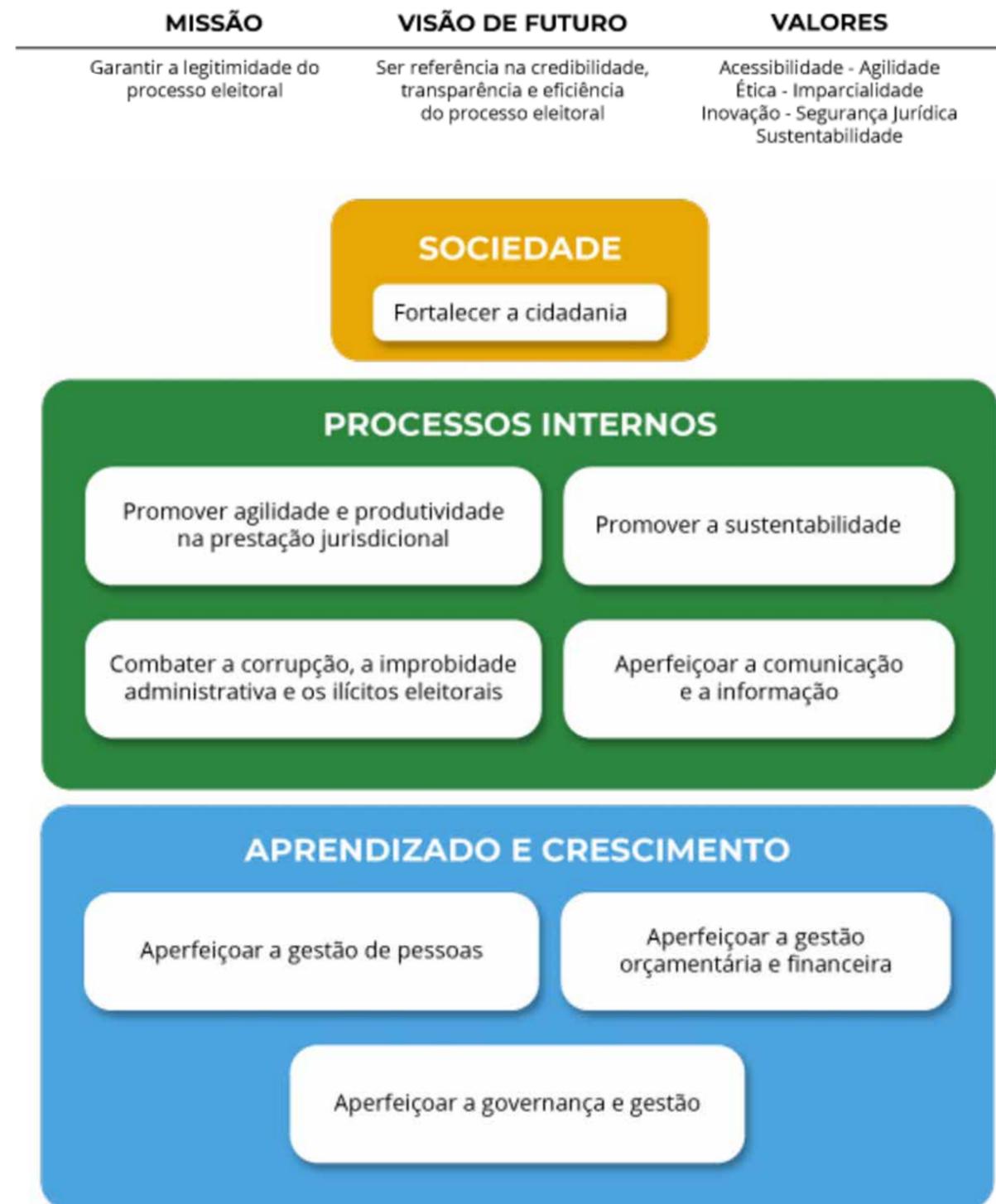
3.1 Plano Estratégico

O [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#) está regulamentado na [Resolução TRE-PB nº 9/2021](#), com vigência até o ano de 2026. É formado pelo referencial estratégico (Missão, Visão e Valores), 8 objetivos, 23 indicadores de desempenho e 58 iniciativas estratégicas que direcionam as ações do Tribunal, orientam a elaboração de todos os planos institucionais e a identificação de oportunidades de inovação a serem conduzidas no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba.

Quadrimestralmente, são realizadas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), ocasião em que são apresentados os resultados dos indicadores e das principais informações que precisarão ser consideradas e avaliadas pelo Conselho de Governança. Participam, ainda, representantes das Zonas Eleitorais e de associações de magistrados e servidores. As atas e apresentações estão publicadas na página "[Resultados dos indicadores estratégicos](#)" do Portal do TRE-PB na Internet.

Ressalta-se, também, a existência dos seguintes planos que contribuem para a estratégia institucional: [Plano de Transformação Digital](#), [Plano de Logística Sustentável](#), [Plano de Comunicação da Estratégia](#), [Plano de Contratações](#) e [Plano de Integridade](#).

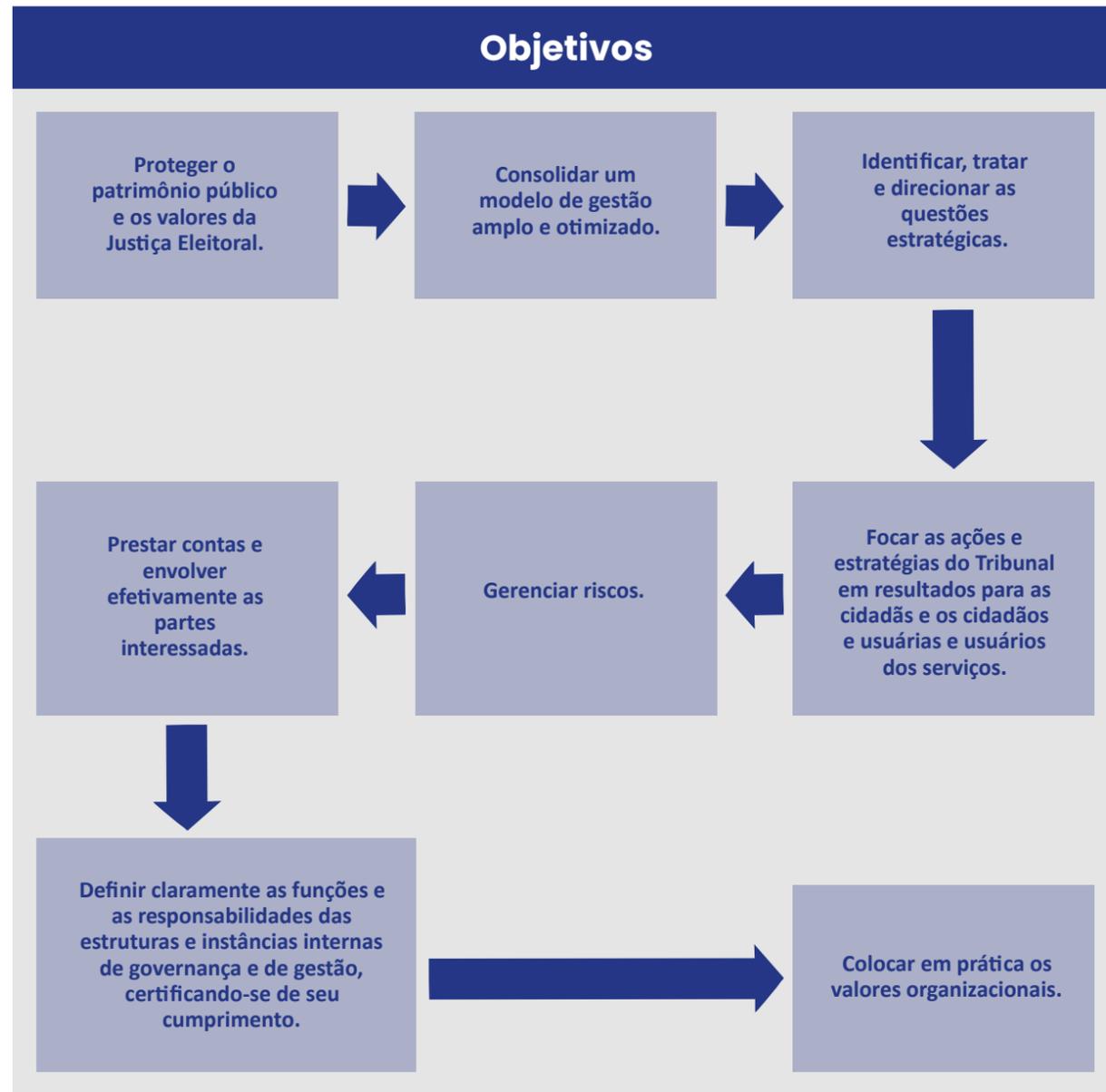
Os resultados de desempenho dos objetivos e indicadores estratégicos estão tratados no item nº "3.4" deste relatório: "Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão".



Mapa Estratégico do TRE-PB

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRE-PB de gerar valor

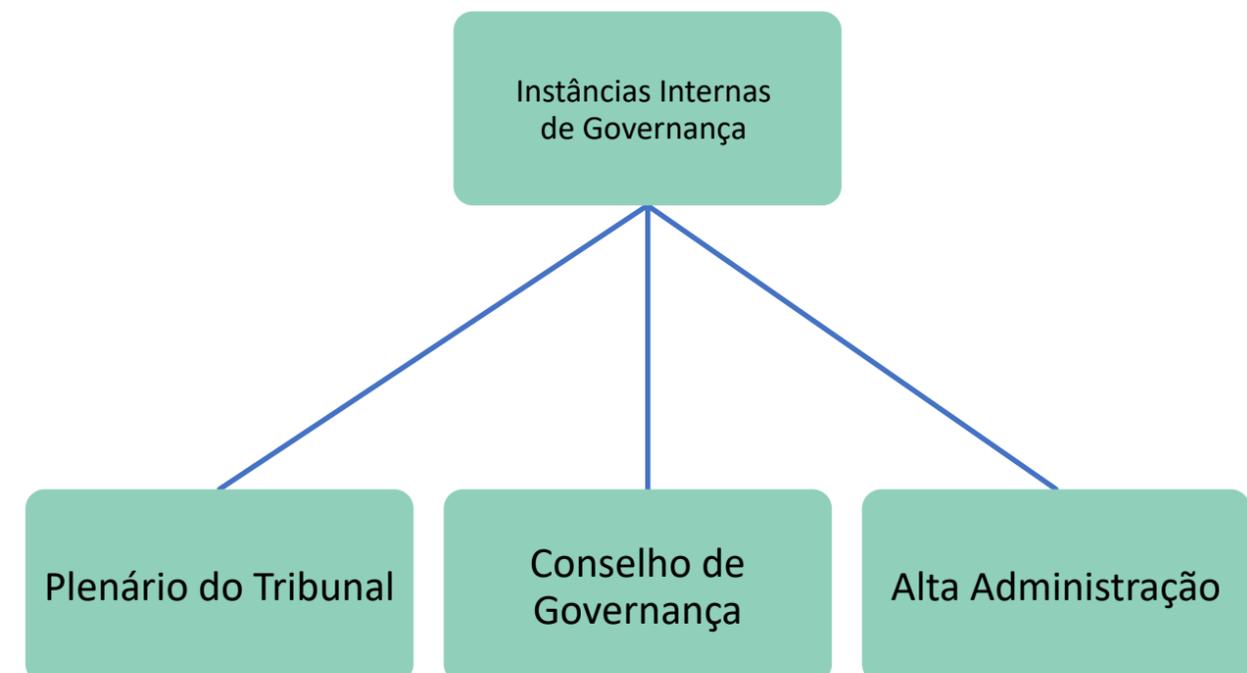
O sistema de governança e gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba está regulamentado na [Resolução TRE-PB nº 6/2024](#). São objetivos desse sistema:



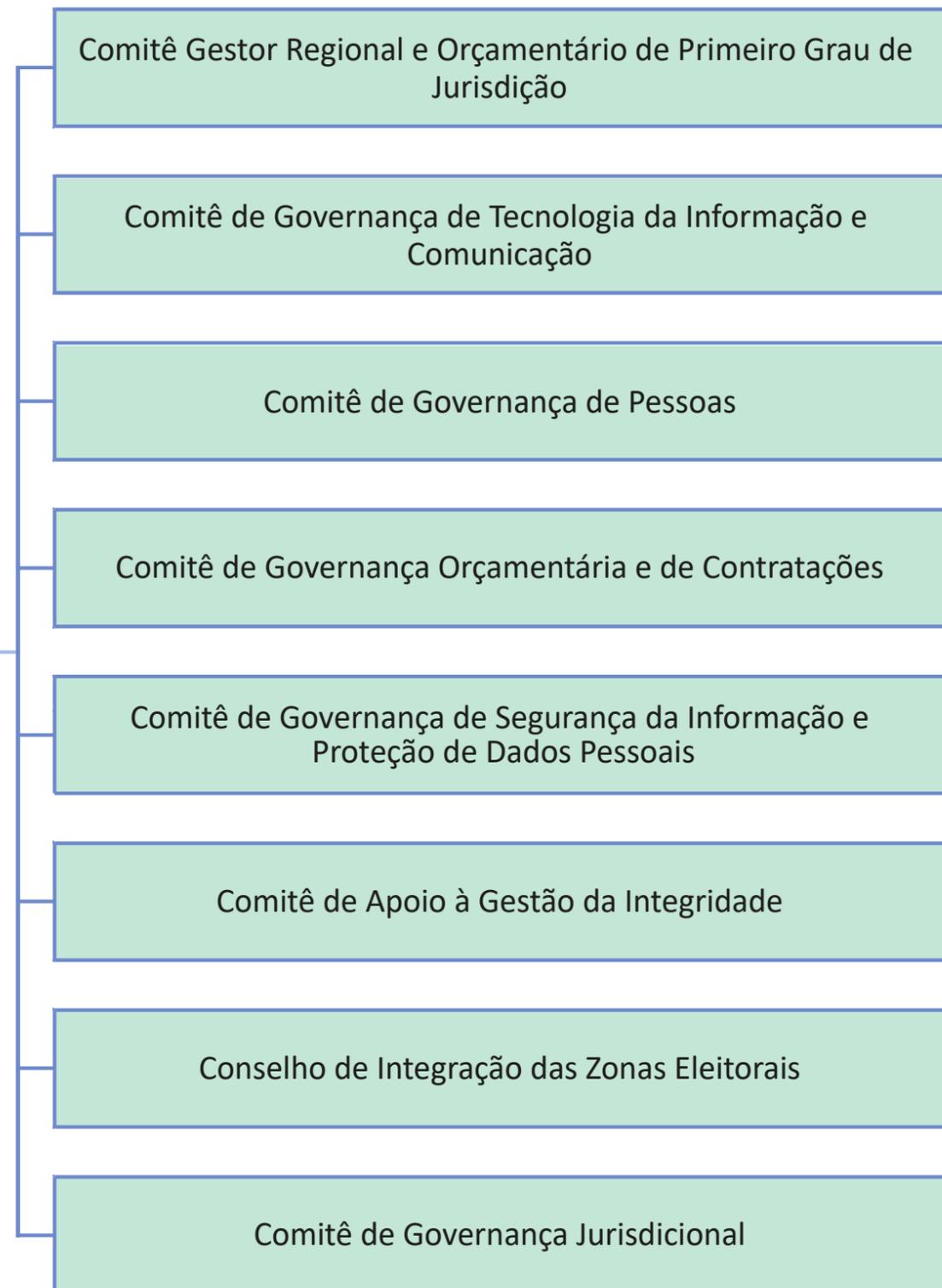
A estrutura do sistema de governança e gestão do TRE-PB compõe-se de instâncias externas, internas e de apoio à governança.

As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação. Às instâncias internas compete definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Por fim, as instâncias internas de apoio à governança têm por função implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações.

A composição e as atribuições de cada instância de governança podem ser consultadas com detalhes na [Resolução TRE-PB nº 6/2024](#).



Instâncias Internas de Apoio à Governança



As atas das reuniões do Conselho e dos Comitês de Governança podem ser consultadas no [Portal do TRE-PB na Internet](#).

Ética e Integridade

O cumprimento da missão do TRE-PB de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado exige que seus servidores detenham um comportamento ético compatível com a prestação desse serviço público.

O Código de Ética com os princípios e normas de conduta aplicáveis aos servidores e servidoras do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi instituído pela [Resolução TRE-PB nº 12/2023](#). Para os auditores internos há, ainda, um Código de Ética específico, estabelecido pela [Resolução TRE-PB nº 27/2018](#).

A Comissão de Ética, com atribuições consultiva e investigativa, tem o papel de se manter vigilante aos princípios éticos e valores fundamentais estabelecidos, observando a integridade e a lisura das ações administrativas e dos processos decisórios internos, permanecendo, ainda, disponível para a apuração das violações das normas éticas dispostas.

Outros instrumentos que representam o compromisso do Tribunal com os princípios da boa governança, transparência, moralidade e gestão adequada dos recursos públicos são o [Programa de Integridade \(Resolução TRE-PB nº 1/2022\)](#) e o [Plano de Integridade](#). Todas as informações relacionadas ao tema poderão ser acessadas através da [Página da Integridade](#).



3.3 Resultados e desempenho da gestão

Eleições 2024 em Números

Eleitores(as)
3.225.826

566.293 em João Pessoa **298.896** em Campina Grande

Candidatos(as) a Prefeito
530

Candidatos(as) a Vereador
9.163

Mesários(as)
41.072

Computadores
1.200

Urnas eletrônicas
10.339 urnas de seção e **1.277** urnas de contingência

Pontos de transmissão
544

Mídias
11.681 mídias de aplicação (inclui carga, votação, contingência) e **11.851** mídias de resultado (inclui votação, ADH, Multi, BU Rec)

Total
38.862 Itens de TI

Magistrados (as) e MP
136 de primeiro grau **8** de segundo grau.

Voluntários(as)
1.522

Servidores(as)
670
sendo **369** efetivos e **301** requisitados.

Estagiários (as)
50

Total
2.386 Pessoas

Locais de Votação
1.802

Zonas Eleitorais
68

Núcleos de Voto Informatizado - NVI
5

Sede
1

Total
1.876 imóveis



• Prestação Jurisdicional - 1.o Grau

Classe processual/atos processuais	Quantidade
Registros de Candidaturas	10.234
Representações	1.600
Direitos de Respostas	110
Representação Especial	39
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	78
Mandado de Segurança	5
Denúncias no Pardal	1.162

• Prestação Jurisdicional - 2.o Grau

Recursos de Registros de Candidatura - **Total 239 Processos**

Provimento	63
Não provimento	168
Não conhecimento	4
Negação de Seguimento	7

Diplomação

Diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato ou a candidata foi efetivamente eleito ou eleita pelo povo e, assim, está apto ou apta a tomar posse no cargo.

A entrega dos diplomas ocorre depois de terminado o pleito, apurados os votos e passados os prazos de questionamento e de processamento do resultado das eleições. No caso de eleições municipais, a competência é das Juntas Eleitorais.

Em cumprimento à Resolução TSE n. 23.738/2024 (Calendário Eleitoral), até o dia 19 de dezembro de 2024, foram realizadas as diplomações de todas as candidatas e candidatos eleitos no estado da Paraíba.

Nenhum candidato eleito com recurso especial no TSE

Medidas urgentes - **Total 125 Processos**

Mandado de Segurança cível	102
Tutela Antecipada Antecedente	3
Tutela Cautelar Antecedente	12

• Atendimento ao Cidadão
Serviço de atendimento ao eleitor por mensagem e ferramenta de automação:

→ **37469** atendimentos realizados, dos quais:

◆ **30816** em autoatendimento (ferramenta [SZChat](#));

◆ **6653** atendimento por servidores.

Consulta a situação do eleitor: **598** consultas

Acesse, abaixo, os links para as matérias das cerimônias de diplomação realizadas nos municípios de João Pessoa e Campina Grande:

[Cerimônia de diplomação em Campina Grande-PB](#)

[Cerimônia de diplomação em João Pessoa-PB](#)

Produtividade

Produtividade	
Produtividade processual – 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024	
Processos Novos 28.949 processos no 1º grau 2.238 processos no 2º grau 31.187 processos no total	Processos Baixados 19.832 processos no 1º grau 2.275 processos no 2º grau 22.107 processos no total
Processos pendentes de julgamento 11.710 processos no 1º grau 1.131 processos no 2º grau 12.841 processos no total	Processos suspensos 779 processos no 1º grau 46 processos no 2º grau 825 processos no total
Cadastros partidários 4.722 registros efetuados	Registro de Candidaturas 10.234 candidaturas registradas

Inovação

Relatório de inovações implantadas nas unidades

Iniciativas e Eventos Voltados para Inovação			
Nome da Iniciativa	Descrição	Unidade	Evidência
Seja um mesário Voluntário!	Disponibilização em locais estratégicos (Universidades, Repartições públicas, Bancos) para atração de mesários voluntários.	Zonas Eleitorais (Proposta de iniciativa apresentada pela SEAPE 1839836).	As zonas eleitorais reclamam da falta de mesários voluntários que possam contribuir efetivamente com os trabalhos do eleitoral. A disponibilização desses cartazes em locais estratégicos (Ex.: Universidades, Repartições públicas, Bancos) pode atrair um público seletivo e que queiram, de fato, ajudar nos trabalhos dos cartórios.
PRA (Acesso Remoto Privilegiado) para usuários em trabalho remoto.	Prover aos servidores em trabalho remoto acesso remoto a recursos de TIC de forma segura.	SESEC	Chamado OCOMON 157417 1843758
Portal internet do Servidor	Portal de acesso seguro pela internet, com Single Sign On (Login Único) às aplicações Web do TRE-PB em atendimento aos Artigos 53 e 54 da PORTARIA Nº 87/2020 TRE-PB/PTRE/ASP/RE	SESEC	https://portalservidor.tre-pb.jus.br 1843758
Troca de ramais analógicos por ramais digitais no TRE/PB	Troca da matriz de ramais analógicos por ramais digitais, de forma a permitir redução de custos e modernização no uso de uma central 100% digital, em substituição das centrais telefônicas analógicas em uso no Tribunal.	SEINF	Relatório de atividades SEINF 1742740 1845436

II Maratona de Inovação do TRE-PB

II Maratona de Inovações do TRE-PB realizada nos dias 11 e 12 de novembro.



Envolveu a participação de sessenta pessoas, entre servidores e magistrados.



Calendário de Eventos de Eleição



Projeto Eleitores do Amanhã



Participação de 3500 crianças em João Pessoa e Campina Grande.

Painel de Planejamento e Gestão Democrática das Eleições Cidadania e Acolhimento



<https://portalbi.tre-pb.jus.br/index.html?BI=eleicoes-monitoramento>

Projeto Totalização às 20h



Monitoramento do Programa Eleições 2024



Propaganda Eleitoral

Permanece o monitoramento do tratamento das denúncias on-line recebidas pelas Zonas Eleitorais, com apresentação relatório ao Corregedor.

Serviço de Atendimento ao Eleitor

Retorno dia 21/10 do atendimento ao eleitor/cidadão (2º turno).

Final do Alistamento Eleitoral

Preparação das urnas das Seções em estabelecimentos prisionais (João Pessoa e Campina Grande).

Suporte de TIC

O helpdesk será reativado no dia 25/10 e presta suporte até a emissão do relatório de totalização da última zona eleitoral no domingo dia 27/10.

Serão incluídas novas atividades ao projeto para cada prestação de suporte durante o helpdesk do 2T.

Geração de Mídias

Geração das mídias para o 2º turno: atividades concluídas.

Preparação de Urnas

Atividades concluídas.

Auditoria de Urnas

Atividades em andamento para o 2º turno. Sobre o serviço de filmagem, gravação e geração de mídia digital do teste de integridade no segundo turno, a CAVE decidiu pela adoção da solução própria desenvolvida pela STIC. Além disso, a ASCOM realizará a transmissão ao vivo no canal do Youtube. A empresa contratada foi notificada da suspensão da execução contratual para o 2º turno.

Suporte à Prestação de Contas:

- 2.1) Atender as demandas de suporte das Zonas Eleitorais.
 - 3.3) Atender as demandas de suporte do público externo.
 - 5) RR - Monitoramento das remessas de NFE
- Obs: Entregas em execução conforme o cronograma do projeto.

Avaliação das Eleições municipais de Massaranduba



O Relatório de Avaliação da Eleição Suplementar de Massaranduba contemplou pontos de destaque positivo, pontos que podem ser melhorados e sugestões de como aperfeiçoar, a partir da percepção dos envolvidos no planejamento e execução das atividades.

Projeto Avaliação das Eleições

Código de data/foto	Nome (opcional)	Letícia (opcional)	Evento	De uma nota geral para todos os eventos	Que bem (apresente aqui pontos positivos, grata)	Que pena... (apresente aqui pontos que precisam)	Que faz (apresente sugestões, propostas e ações)	Sim, não, não sei... (adicione qualquer comentário)
18/11/2024 18:29:36	Sabrina	SEDOC	II Maratona de Inovação	9	Muito bem como campanha e apoio. Boa estrutura física e bom material de apoio.	Podem ter mais organização no formato de apoio.	Evitar mais pessoas para trabalhar simples que j	Muita coisa/cuidados bons são necessários, e f
18/11/2024 20:37:00	Reusa	SAS	II Maratona de Inovação	10	A apresentação em formato físico e presencial e ter engajado nas atividades dos debates empolgou, apresentações rápidas, tornando as exposições menos cansativas.	Planejamento organizacional adequado do evento; Apresentação do metodólogo do evento (Jorge)		
19/11/2024 14:31:52	Ala Theresia Leal de S	Coje	II Maratona de Inovação	9	Formato, metodologia	Formação de equipes; Coffeebreak; Formatizar oje	Formação de Equipes e critérios dos participantes; Considerar sistema que seja consulto online a CA	
19/11/2024 17:34:01	Duque	Ass	II Maratona de Inovação	9	1 - Envolvimento e participação das equipes foi ótimo; 2 - A dinâmica das atividades funcionou bem no tempo predefinido; 3 - Saberes e habilidades presentes estavam muito horizontalmente; 4 - Premiação em dinheiro foi muito gostosa, mas não precisa ser uma viagem muito longe de casa (pessoas não são viajantes muito longe de casa); 5 - A participação de vice presidente deu uma força institucional muito forte ao evento.	1 - A quantidade técnica das atividades não foi de n 2 - A conexão avaliada no design mostrou um 3 - O lugar não foi o melhor do evento para eleição de 4 - Houve muitas distrações na rede local de int	1 - Lugar mais "sempre" com atividades mais leve 2 - Plano B para a composição do Conselho de 3 - Plano B para a composição do Conselho de 4 - Mais pontuação, mais propaganda na rede, que	Nunca mais emendado com a oficina pós Eleição
20/11/2024 19:57:00			II Maratona de Inovação	7	Que a quantidade de pessoas era a metade de do evento anterior	Que não houve o estabelecimento de diretrizes de	A questão da dinâmica das equipes e das tarefas. A	
21/11/2024 11:01:23			II Maratona de Inovação	9	o uso de design thinking sem mesclando resultados. A formação do evento é muito boa. Foi muito bom conseguir a participação de mais gestores no evento.	Deixar as fotos por equipe (a pontos). Analisar a con	Realizar diversos eventos (on line) sobre inovação	
21/11/2024 21:57:34	Dileneia Antônia Tean	ASGE	II Maratona de Inovação	9	Foi bom realizar o evento em um local fora do TRJ, RJ.	O tempo para explicar os problemas e elaborar o	O evento pode ser iniciado de forma virtual, com i	O evento não deve ser organizado com outro que
18/11/2024 18:13:06	Gabriel	SEDOC	Oficina pós Eleição	8	A informalidade que agrega e acolhe	A falta de planejamento para a alimentação. A per	Fazer um evento de três dias em local diverso do	O pessoal da organização não é especializado em
18/11/2024 17:22:01	Duque	Ass	Oficina pós Eleição	9	1 - Funcionou, conseguimos executar com sucesso os pontos da dinâmica prevista; 2 - As pessoas parecem envolvidas e empolgadas na execução das tarefas; 3 - A programação foi executada com muita precisão de horários de início, fim, intervalos; 4 - Também é importante registrar o trabalho das equipes;	1 - O local não comportou bem a quantidade de p 2 - Um local grande e confortável, climatizado; 3 - Foi necessário muita improvisação na questão	1 - Um ambiente específico para realização deve 2 - Um local grande e confortável, climatizado; 3 - Uma contratação para tratar o extra cargo de	Nunca mais emendado com o momento no qual
19/11/2024 18:48:34	Ala Theresia Leal de S	COEJE	Oficina pós Eleição	9	Formato, metodologia, participação de dois membros por zona.	Coffeebreak, estrutura do local, pessoal de apoio.	Equipes avaliando temas que escolherem, com o	
19/11/2024 19:49:21	Reusa	SAS	Oficina pós Eleição	8	Ampla participação de servidores, permitindo uma contribuição diversificada.	Planejamento organizacional/comunicação em tempo	Comunicação que englobe uma empresa para não	
20/11/2024 18:51:07			Oficina pós Eleição	8	O modelo de oficina em si parece que possui mais possibilidade de serem mais práticas. A definição de tarefas e a execução delas dentro do prazo em dois dias pareceu relativamente bem	Que não estivemos em um lugar com mais apoio. Na próxima, estabelecer diretrizes mais claras e a		
21/11/2024 18:39:58			Oficina pós Eleição	10	Formato, uso de design thinking	Aumento na quantidade de votos. Dado o volume	Aumentar a quantidade de sala e assim ajudar	
21/11/2024 21:47:02	Dileneia Antônia Tean	ASGE	Oficina pós Eleição	7	Foi bom realizar o evento em um local fora do TRJ, RJ.	O tempo para explicar e discutir os problemas e	Não foi bom explicar os problemas para as equipes	O planejamento e preparação do evento deve em

Teve por objetivo registrar as lições aprendidas na execução dos projetos de eleições e composição de quadro de indicadores. Envolveu formulários e reuniões de avaliação dos projetos, além de um evento em formato de oficina, com a participação dos servidores das Zonas Eleitorais e uma reunião com os Juízes Eleitorais.

Oficina de avaliação das Eleições 2024



A metodologia de trabalho aplicada permitiu que dois servidores de cada Zona Eleitoral compusessem equipes de trabalho, acompanhados por servidores da Secretaria do TRE e Núcleos de Votos Informatizados, identificassem causas para os problemas enumerados nas avaliações online e, em seguida, propusessem soluções para os problemas agrupados por tema que, predominantemente, correspondem aos projetos do Programa Eleições 2024 cuja execução de atividades impacta diretamente as Zonas Eleitorais.

Meta 9



O TRE-PB cadastrou o projeto Maratona de Inovação, cujo desafio foi "Como difundir de forma efetiva as boas práticas de inovação na estrutura administrativa e judicial do TRE-PB, de maneira que se construa cultura entre servidores, gestores e magistrados, ao mesmo tempo em que se gere produtos, soluções inovadoras para os problemas reais do público interno e externo do Tribunal".

A iniciativa compreendeu a realização de uma Maratona, em que práticas de inovação baseadas na abordagem Design Thinking foram apresentadas em cada etapa, no formato "aprenda fazendo". As equipes foram formadas por servidores de Cartórios Eleitorais e da sede do Tribunal. A comissão avaliadora foi composta por magistrados e servidores que atuam em LIODS de diferentes Tribunais e ou no ecossistema de inovação para o serviço Público. Os protótipos premiados foram submetidos à Presidência e Diretoria Geral para fins de implementação.

<https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=867>

Justiça Restaurativa e Audiências Públicas

Em 2024, foram realizadas inspeções de Ciclo em 27 (vinte e sete) Zonas Eleitorais da Paraíba (40% das Unidades Jurisdicionais do Estado). Foram aplicadas técnicas de Justiça Restaurativa ([Resolução CNJ 225/2016](#), alterada pela [Resolução CNJ 592/2024](#)) em 22 (vinte e duas) inspeções, com a realização de Ciclos de Construção de Paz, com o objetivo de construir um espaço de diálogo franco e seguro, fortalecendo relacionamentos e resolvendo eventuais conflitos, em um ambiente respeitoso e construtivo entre os partícipes. Assim, com o estabelecimento de uma atmosfera de empatia e compreensão mútua, fomentou-se a cooperação e harmonia entre os servidores e magistrados.

O Ciclo de Construção de Paz no município de Catolé do Rocha foi registrado em [reportagem](#) realizada pela ASCOM.



Ciclo de Construção de Paz realizado no município de Catolé do Rocha

Em 2024, também foram realizadas quatro audiências públicas nas inspeções de ciclo ocorridas nos municípios de Alhandra, Queimadas, Sousa e Areia. Esses eventos tiveram como objetivo ouvir os participantes do processo eleitoral e a população, colher suas contribuições, notícias, reclamações, críticas e sugestões sobre os serviços eleitorais.



Audiência pública realizada no município de Areia

3.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

Execução da Estratégia

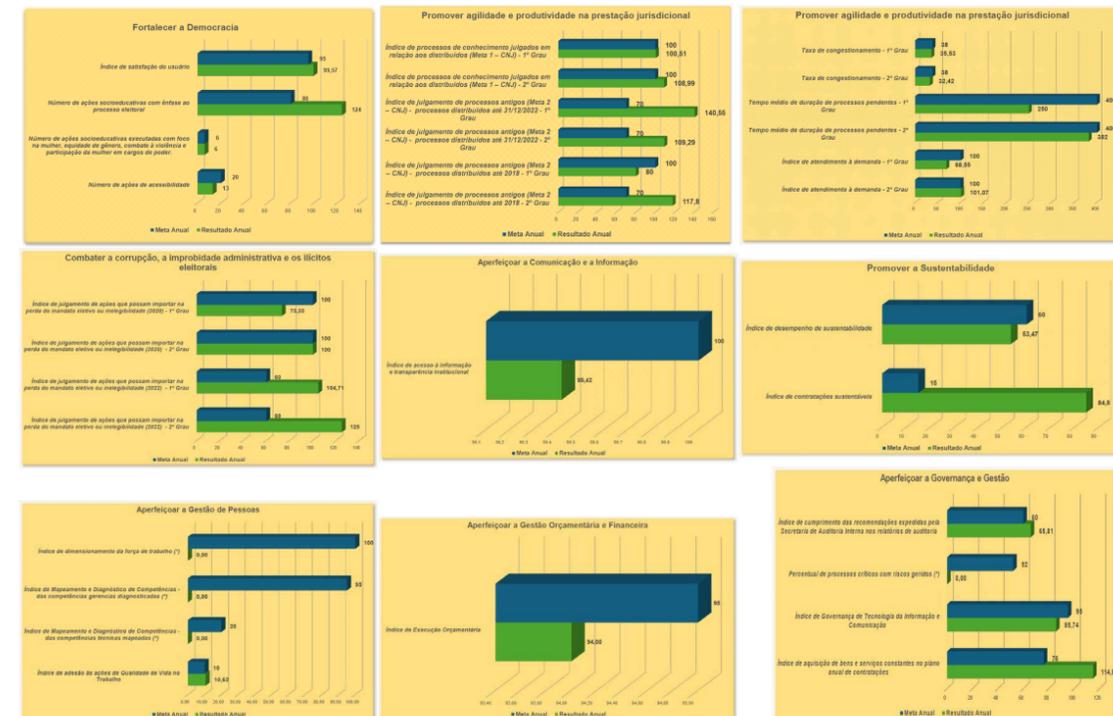
O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba define objetivos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas estratégicas com vistas à melhoria do desempenho e à excelência da gestão do processo eleitoral. A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de indicadores de desempenho e suas respectivas metas. Para o alcance das metas, as unidades executam iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados.

Conforme estabelecido na [Resolução TRE-PB nº 9/2021](#), a Reunião de Análise da Estratégia – RAE é o momento oportuno para a apresentação de análise crítica quanto ao desempenho dos indicadores e suas iniciativas. Essas informações são previamente coletadas em reuniões com os gestores responsáveis pelos indicadores e iniciativas estratégicas. O Conselho de Governança deverá avaliar a execução do que foi estabelecido no Plano Estratégico e deliberar sobre as ações necessárias. Os gestores prestarão esclarecimentos sobre os resultados dos indicadores e as ações decorrentes dos Objetivos Estratégicos.

O Plano Estratégico do TRE-PB é composto de 8 objetivos estratégicos, 23 indicadores estratégicos e 58 iniciativas estratégicas.

Em 2024, foram realizadas 02 RAE's. A primeira RAE ocorreu em [19/06/2024](#) e a segunda reunião em [27/11/2024](#).

O desempenho alcançado pelos indicadores está demonstrado nos gráficos a seguir, podendo, também, ser consultado na página "[Resultados dos indicadores estratégicos](#)" do Portal do TRE-PB na Internet.

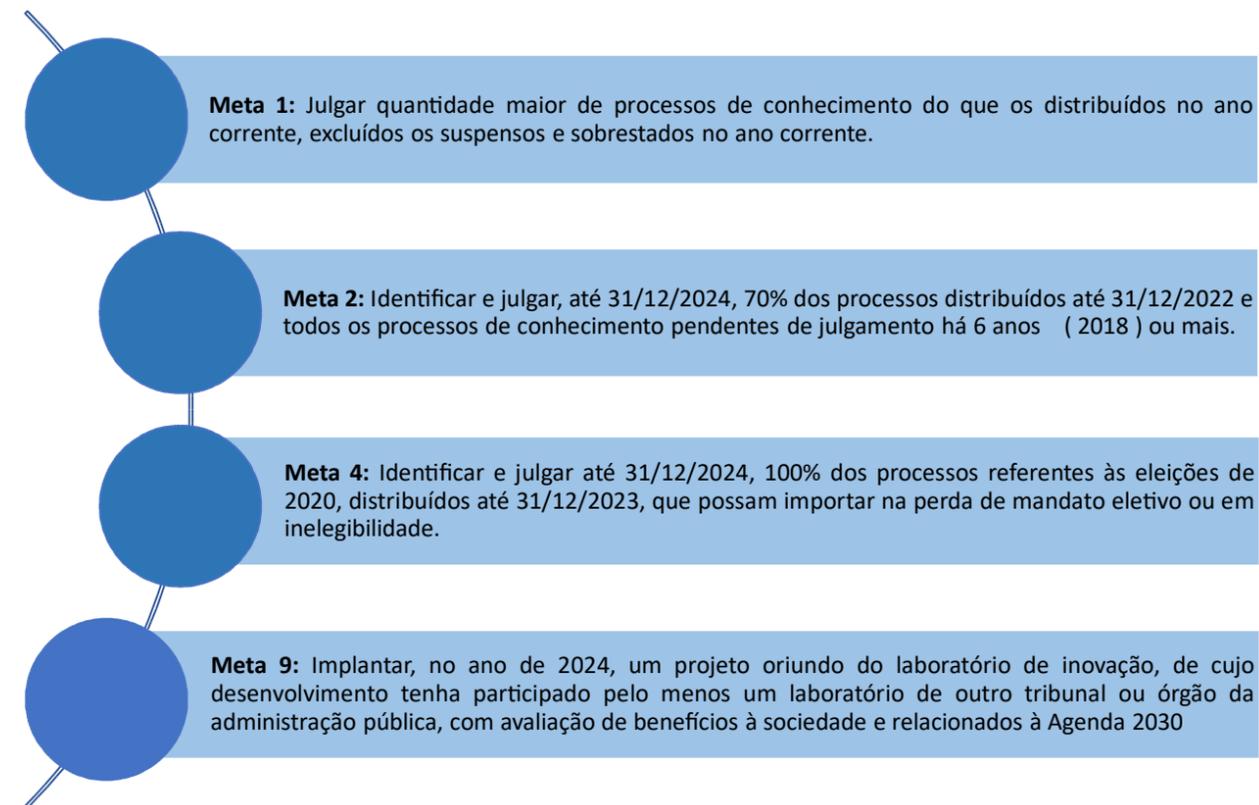


Metas Nacionais do Poder Judiciário para a Justiça Eleitoral

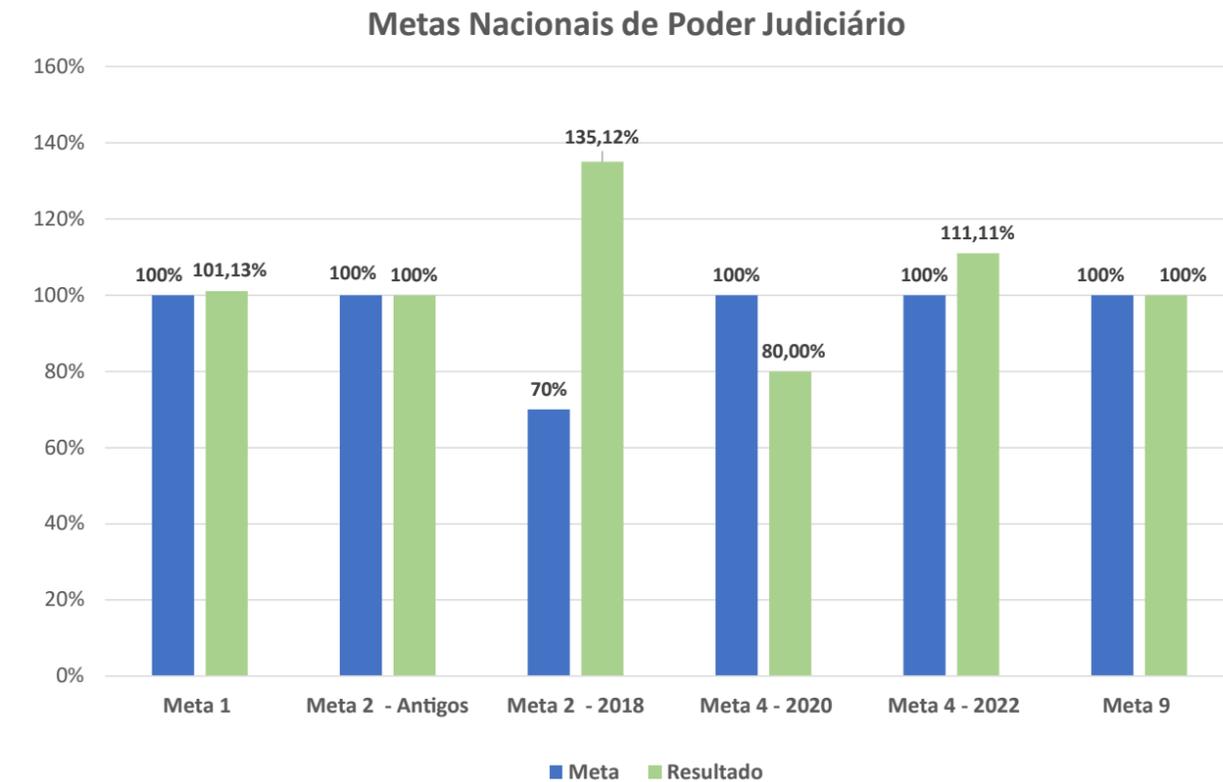
É importante destacar que os objetivos estratégicos estão em sintonia com as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essas metas são consideradas passos significativos para garantir uma prestação jurisdicional que seja mais eficaz, rápida e de qualidade para a sociedade.

Além disso, essas diretrizes orientam ações que têm um impacto direto nos resultados dos indicadores estratégicos relacionados. O gráfico a seguir apresenta as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral no ano de 2024 e os resultados alcançados:

Metas



Resultado das Metas Nacionais 2024



3.5 Resultados das Principais Áreas de Atuação

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Conformidade Legal

A atuação da área de TIC do TRE-PB ocorre alinhada à [Resolução TRE-PB nº 9/2021](#), que estabelece a Estratégia do TRE-PB para o ciclo 2021-2026, e à [Resolução CNJ nº 370/2021](#), que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026.

A primeira estabelece metas a serem alcançadas localmente pela área de TIC, enquanto a segunda apresenta requisitos a serem observados pelos órgãos do Poder Judiciário no que concerne à tecnologia da informação e comunicação.

O aferimento dos requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD é realizado através do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD, onde o TRE-PB obteve índice 94,52, numa escala que varia de 0 a 100.

Resolução TRE-PB nº 9/2021

Plano Estratégico da Justiça Eleitoral da Paraíba no sexênio 2021-2026.
Metas locais para a área de TIC.
Alinhamento à Res. CNJ nº 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026).

Resolução CNJ nº 370/2021

Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026.
Metas de TIC para todo o Poder Judiciário.

Modelo de Governança

O modelo de governança de TIC está inserido na governança institucional, estabelecido na [Resolução TRE-PB nº 6/2024](#).

Comitê de Governança de TIC

Instância interna de governança.
Monitorar, avaliar e direcionar as atividades e investimentos de TIC.
Formado por representantes da Diretoria Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Orçamento, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Corregedoria Regional Eleitoral, Assessoria da Presidência e Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição

Comitê de Gestão de TIC

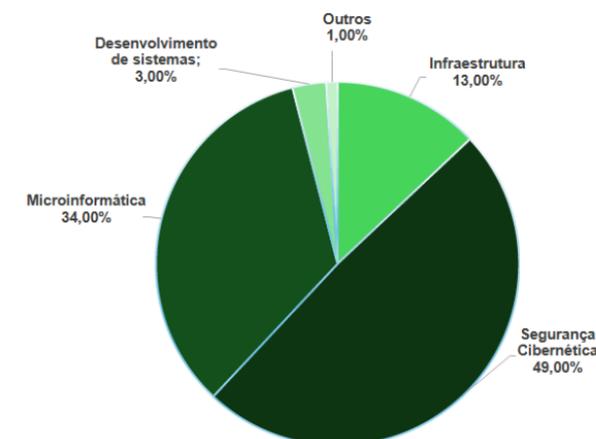
Instância interna de apoio à governança.
Secretário e Coordenadores da área de TIC.
Elaborar, monitorar, avaliar e revisar os planos táticos e operacionais; acompanhar os processos, projetos e riscos da área de TIC.

Montante de Recurso Aplicados em TIC

Total: R\$ 9.900.494,15.

Aplicação dos Recursos por Categoria:

- Infraestrutura: 13%;
- Segurança Cibernética: 49%;
- Microinformática: 34%;
- Desenvolvimento de sistemas: 3%;
- Outros: 1%.



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC	VALOR
Solução de inteligência cibernética	R\$ 4.419.040,00
Aquisição de microcomputadores	R\$ 2.572.300,00
Link de comunicação secundário	R\$ 605.791,20
Solução de segurança para bancos de dados	R\$ 370.770,84
Manutenção preventiva de urnas	R\$ 335.368,52

Resultados alcançados

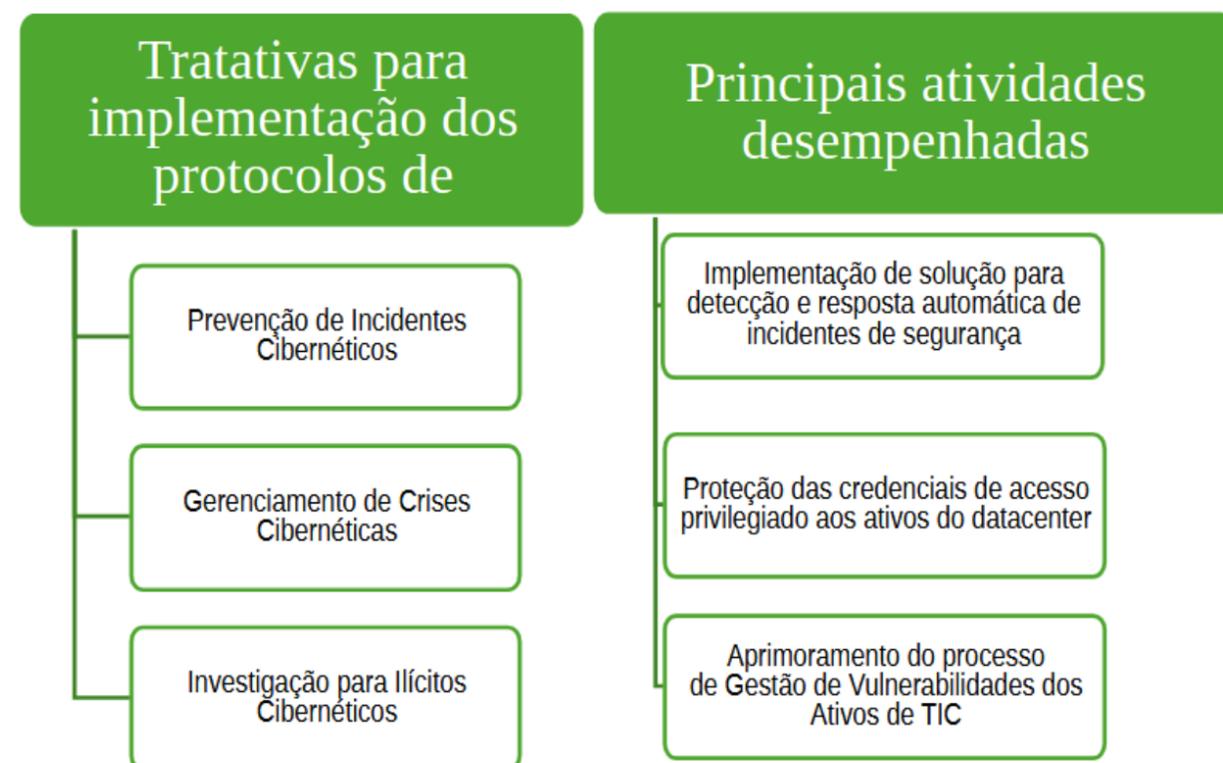
Em 2024, o TRE-PB obteve nota **85,74** no Índice de Governança de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD (indicador estratégico 8.3 do TRE-PB), alcançando nível **Aprimorado** na classificação do Conselho Nacional de Justiça.

Principais Iniciativas – Sistema e Projetos na Área de TIC

Uíara	Solução de reconhecimento de deepfakes de áudio por meio de análise sonora com uso de tecnologia de Inteligência Artificial.
Janus	Ferramenta de IA para automação de rotinas relacionadas a prestação de contas eleitorais e registro de candidaturas de 1ª instância que resultou em sensível redução nos tempos de tramitação processuais, além da otimização do trabalho das equipes que atuam nessas atividades.
Mezap	Solução para convocação de mesários e outros colaboradores das eleições por meio de aplicativo de mensagens, que reduziu consideravelmente os custos das notificações anteriormente empregadas.
Painel de Indicadores do Prêmio CNJ	Painel com apresentação de números, comparativos inclusive, das eleições de 2018 a 2024 para ajudar nas tomadas de decisão.
Painel de Planejamento e Gestão Democrática das Eleições 2024	Painel das Eleições 2024 para os gestores do TRE-PB, contendo informações dos seguintes assuntos: atividades críticas, agenda de eventos internos e externos, informações gerais das zonas eleitorais e acompanhamento orçamentário.
Colocation	Hospedagem de parte da infraestrutura do TRE-PB em datacenter externo, aumentando seus requisitos de disponibilidade.
Suporte de TIC nas Eleições 2024	Suporte na atividades de instalação de seções, votação, transmissão de resultados e votação.
Geração de Mídias e Preparação de Urnas das Eleições 2024	Geração das mídias e preparação das urnas com os respectivos candidatos e eleitores para as eleições.
Doação de equipamentos	Doação de 740 equipamentos que já não estavam em utilização para as instituições UFPB, DNOCS, Secretaria de Administração da Paraíba, Hospital Clementino Fraga e Fundação Casa de José Américo.

Segurança da Informação

Foram estabelecidas novas diretrizes para a segurança da informação após a publicação da [Resolução CNJ nº 396/2021](#) - Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).



Em 2024, foram investidos R\$ 4.895.429,84 em segurança cibernética, melhorando a segurança do ambiente tecnológico do TRE-PB.

Sustentabilidade Socioambiental

- Conecta Sustentabilidade



A Rede de Sustentabilidade do Sistema de Justiça da Paraíba (CONNECTA SUSTENTABILIDADE) é uma parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), o Tribunal de Justiça (TJPB), o Tribunal de Contas (TCE-PB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

- Ponto de Entrega Voluntária (PEV) de Resíduos Eletroeletrônicos



Parceria do TRE-PB com o Instituto de Educação e Economia Circular - IEC para manutenção de pontos de entrega voluntária de pilhas e eletroeletrônicos descartados.

- Campanha Eleições Sustentáveis



Campanha Eleições Sustentáveis 2024 divulgada no Instagram e no YouTube do Tribunal.

- Campanha de doação de óculos



64 pares de óculos de grau e de sol arrecadados e entregues ao Lions Clube de João Pessoa Tambaú, que foram distribuídos em atividade voltada para a visão a ser promovida pelo Instituto Banco de Olhos Lions Clubes da Paraíba – HBOL

- Destinação de resíduos sólidos



Coleta quinzenal de resíduos sólidos recicláveis na sede e de documentos descartados nas Zonas Eleitorais para entrega a entidades de catadores, além do encaminhamento de sucatas a entidades de catadores de recicláveis, mediante processo de desfazimento de bens.

- 1º Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa do TRE-PB



Primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Ano referência 2023.

- Semana do Meio Ambiente do TRE-PB



Eventos em prol da Semana do Meio Ambiente do TRE-PB, realizada nos dias 04 a 06 de junho de 2024 com atividades de sensibilização ambiental e solidária.

- Brechó Solidário



Cartilha disponível na página de catálogos do TRE-PB

Palestra sobre Resíduos Sólidos e lançamento de cartilha

Exibição de projetos com temática ambiental



Os valores arrecadados foram doados à Associação de Servidores e Pensionistas do TRE-RS. As peças não vendidas foram doadas à Comunidade São Miguel Arcanjo, em João Pessoa.

- 1º Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa do TRE-PB

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

EScola Judiciária Eleitoral da Paraíba
Des. Flávio Lima da Silva

CURSO

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Instrutor
Fábio Maurício Lima Marino

Chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade do TRE-SP
Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
Especialista em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral pela Escola Paulista da Magistratura
Pós-graduado em Jornalismo Contemporâneo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
MBA em Administração Pública Coordenador da Rede Sustentação - SP.

Público-alvo
Servidores e Servidoras da Justiça Eleitoral (vagas limitadas).

Data
18 e 19/11 (15h às 17h)

Carga Horária
4h

Modalidade
Online

Inscrição
<https://apps.tre-pb.jus.br/sige/171/inscricao>

Transformação digital e sustentabilidade

Projeto piloto de digitalização de acervo arquivístico	230 mil documentos digitalizados
Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)	232 documentos históricos publicados
Descarte ecológico de documentos arquivados	12 toneladas

Gestão de Pessoas

- Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa os regulamentos oriundos do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Há também o acompanhamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas questões de pessoal que impactem no seu quadro de servidores.

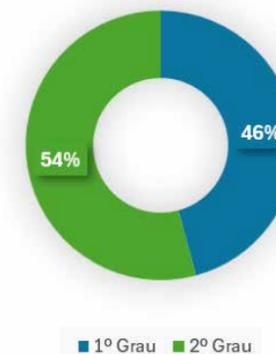
- Avaliação da Força de Trabalho



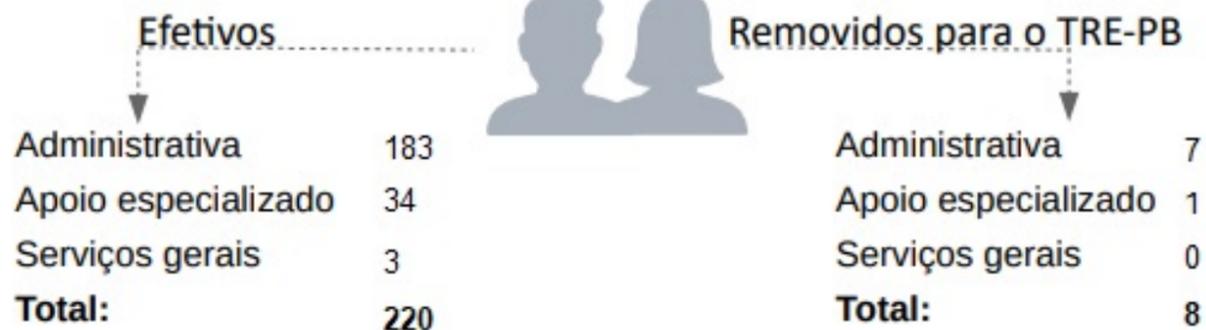
Analista Judiciário



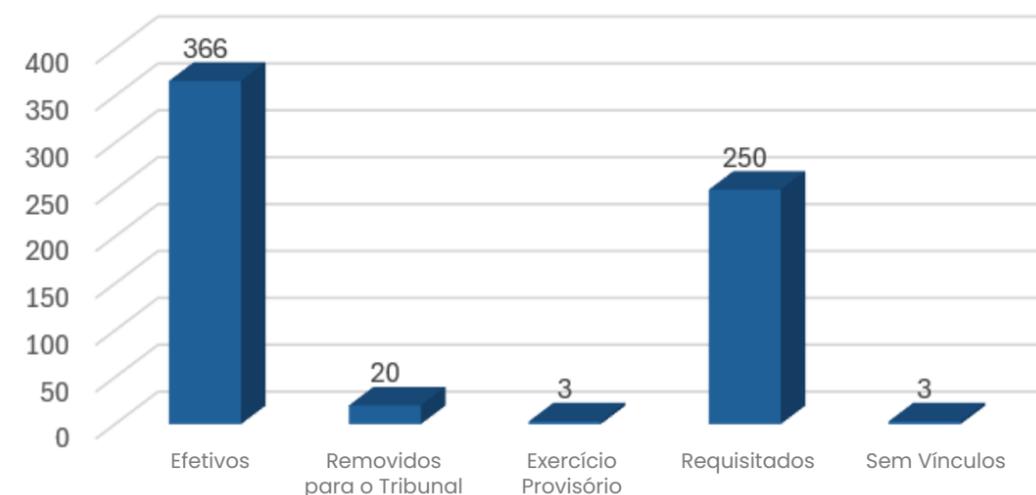
Servidores por Grau de Jurisdição



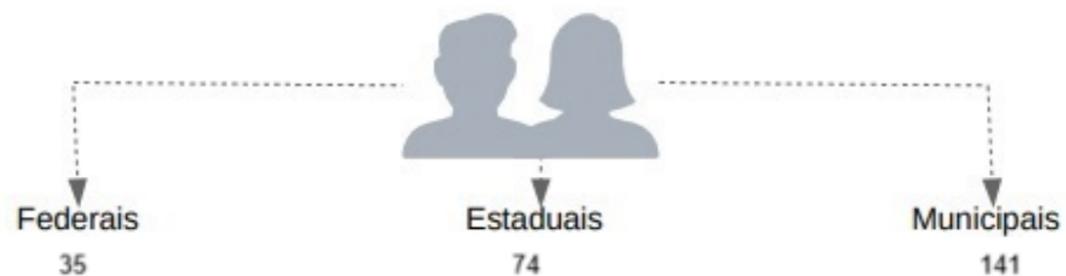
Técnico Judiciário



Servidores por Situação Funcional



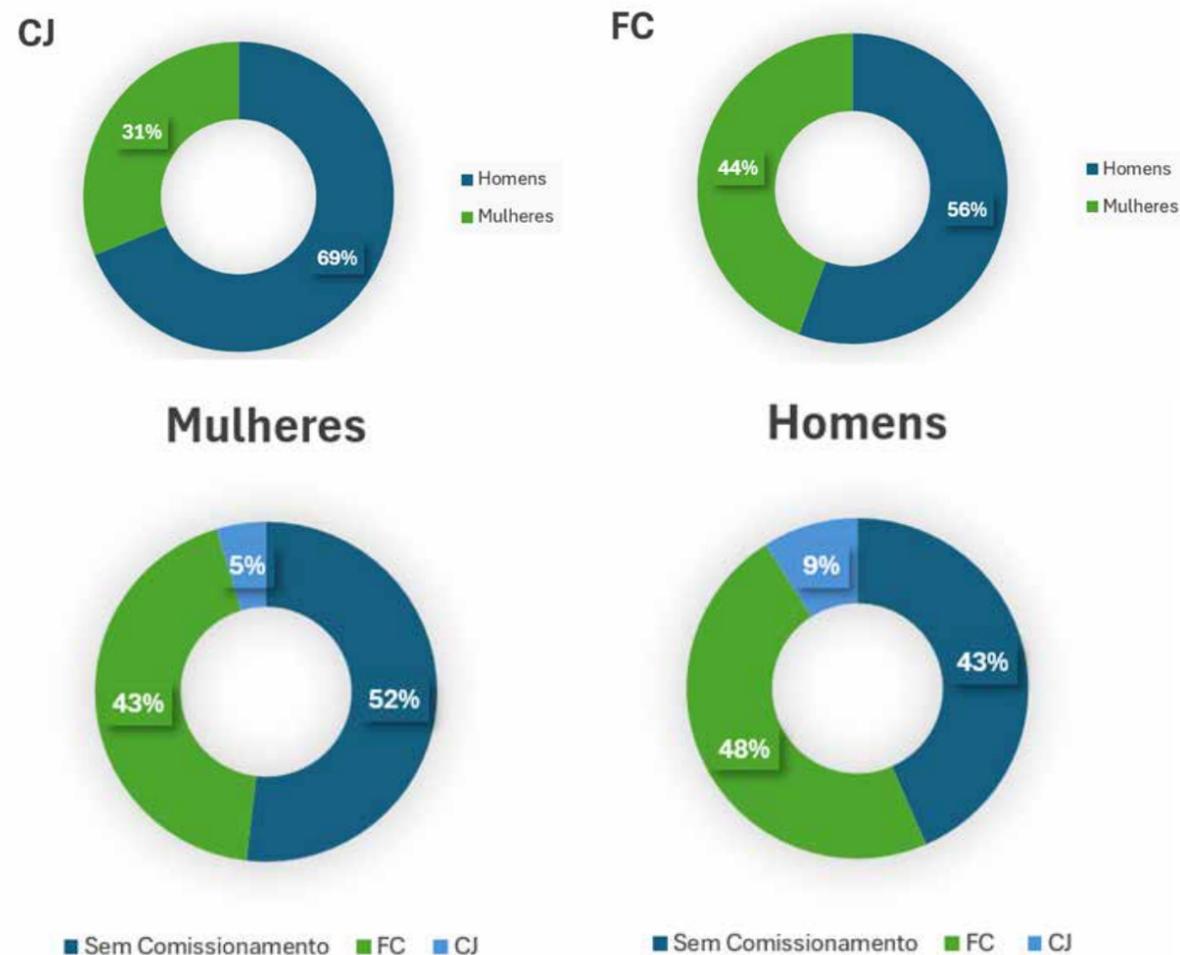
Servidores requisitados e em exercício provisório



Ocupação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas		
	Cargos em Comissão	Funções Comissionadas
Efetivos	41	236
Removidos para este Tribunal	0	17
Exercício Provisório	0	2
Requisitado	1	38
Sem vínculo efetivo	3	0

Ocupação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas		
	Cargos em Comissão	Funções Comissionadas
Quadro Próprio	41	236
Judiciário Federal e outros Órgãos	1	20
Outras carreiras	0	37
Sem vínculo efetivo	3	0
Vagas	0	3
Total	45	296

- Cargos em comissão e funções comissionadas por gênero



Estratégias de Seleção e Alocação de Pessoas

No tocante ao impacto referente às aposentadorias de servidores do quadro efetivo, verificam-se 53 servidores em condições de aposentadoria, até o mês de dezembro de 2024, o que representa 13,94% do Quadro, considerado o universo de 380 servidores do Quadro Efetivo Permanente.

No ano de 2024, ocorreram 10 desligamentos, sem a ocorrência de provimento dos cargos do quadro efetivo do Tribunal.

Com o objetivo de melhor planejar a força de trabalho no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba, deu-se continuidade à implantação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho que deverá contribuir, nos próximos 2 anos, para uma melhor equalização de esforços e alocação de pessoas nas unidades do TRE-PB.

O aperfeiçoamento do trabalho remoto viabilizou melhorias na alocação de pessoal para atuar nos cartórios eleitorais, possibilitando o apoio remoto às zonas eleitorais com déficit de servidores efetivos ou acúmulo ocasional de processos, por meio da designação de servidores lotados na Secretaria.

De igual modo, o teletrabalho possibilitou que servidores que estavam afastados legalmente para fora do Estado da Paraíba, pudessem permanecer em exercício atuando de forma remota, reduzindo a evasão, ainda que temporária, de servidores do quadro do TRE-PB.

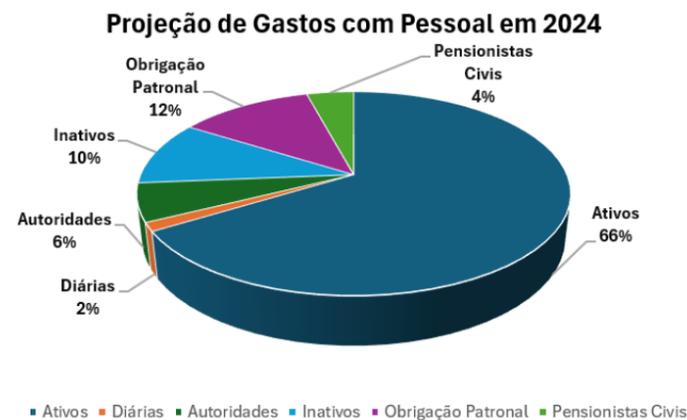
As necessidades de recomposição da força de trabalho são mapeadas e acompanhadas sistematicamente.

Para seleção e alocação das pessoas é realizado o levantamento do perfil do servidor buscando adequá-lo ao local de lotação.

Assim, o TRE-PB vem adotando uma estratégia ativa para seleção de pessoas, seja de forma preventiva ou imediata, gerenciando e dirimindo os riscos decorrentes da ausência de força de trabalho capacitada, visando manter as atividades essenciais da Justiça Eleitoral e garantir a efetividade dos trabalhos referentes ao microprocesso eleitoral.

A estratégia adotada para o tratamento prioritário do reforço de pessoal através da captação e recrutamento de servidores segue a critérios de seleção objetivos e específicos de acordo com a natureza da atividade a ser desenvolvida, possibilitando o saneamento dos riscos ocasionados e a obtenção dos resultados esperados.

Detalhamento das Despesas de Pessoal



Gastos com servidores ativos e autoridades		
Tipo	Valores	Percentual
Vantagens Fixas	R\$ 34.012.172,07	22,18%
Gratificações Fixas	R\$ 41.998.532,87	27,39%
Gratificações Natalinas	R\$ 7.611.089,55	4,96%
Adicionais	R\$ 18.229.795,66	11,89%
Abonos	R\$ 1.636.656,55	1,07%
Benefícios (exceto plano de saúde)	R\$ 8.660.013,55	5,65%
Indenizações	R\$ 172.984,47	0,11%
Serviço Extraordinário	R\$ 6.381.551,00	4,16%
Obrigação Patronal	R\$ 21.316.011,15	13,90%
Gratificação Autoridades	R\$ 10.857.378,09	7,08%
Diárias	R\$ 2.455.421,96	1,60%
Total	R\$ 153.331.606,92	100%

Gastos com servidores inativos		
Tipo	Valores	Percentual
Vantagens Fixas	R\$ 16.614.992,78	90,76%
Benefícios	R\$ 180.603,64	0,99%
Gratificações Natalinas	R\$ 1.396.996,18	7,63%
Indenizações	R\$ 113.104,89	0,62%
Total	R\$ 18.305.697,49	100,00%

Gastos com pensionistas		
Tipo	Valores	Percentual
Vantagens Fixas	R\$ 6.895.786,59	92,01%
Benefícios	R\$ 21.634,14	0,12%
Gratificações Natalinas	R\$ 577.116,53	3,15%
Indenizações	R\$ -	0,00%
Total	R\$ 7.494.537,26	40,94%

Evolução dos Gastos com Pessoal

Evolução dos Gastos com Pessoal			
Item	2023	2024	Varição
Ativos	R\$ 103.436.029,60	R\$ 118.702.795,72	14,76%
Obrigação Patronal	R\$ 19.777.718,22	R\$ 21.316.011,15	7,78%
Gratificação de Autoridades	R\$ 9.846.247,21	R\$ 10.857.378,09	10,27%
Inativos	R\$ 17.143.830,33	R\$ 18.305.697,49	6,78%
Pensionistas	R\$ 7.710.992,11	R\$ 7.494.537,26	-2,81%
Diárias	R\$ 709.403,07	R\$ 2.455.421,96	246,13%

O aumento nos valores pagos a servidores ativos é justificado pela evolução da carreira de vários servidores, através das progressões/promoções funcionais, pagamento de serviço extraordinário no ano de 2024, aumento salarial de 6% em diversas rubricas e nas FC/CJ, aumentos nos valores dos benefícios e pagamento extraordinário da Vantagem Pecuniária Individual (VPI).

Houve um acréscimo no número de servidores inativos incluídos em folha de pagamento: em dez/2022 existiam 54 servidores inativos, em dez/2023 existiam 60 e em dez/2024 esse número passou a 64 além do reajuste salarial de 6% em 2024.

Valorização do Ambiente e das Condições de Trabalho

A realização do teletrabalho na modalidade parcial ou integral oportuniza a atividade laboral para pessoas em dificuldade de deslocamento e contribui para o aumento da produtividade.

Além disso, os servidores que possuem direito à remoção a pedido para acompanhar cônjuge ou companheiro, remoção por motivo de saúde do próprio servidor, cônjuge ou direito a licença por motivo de afastamento do cônjuge, para fora do Estado da Paraíba, poderão optar pela adesão à modalidade do teletrabalho, conforme normativo próprio, contribuindo para o bem estar do servidor, uma vez que possibilita que servidores nessas condições não tenham que se afastar das atividades de sua unidade de lotação.

No ano de 2024, foi dado início à realização de ações voltadas para o Programa de Reconhecimento e Valorização de Servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC de Valor), através de Projeto no qual os titulares das unidades avaliam os servidores em vários aspectos. Ao final do processo, os servidores que se destacarem pelas suas contribuições no período poderão escolher uma ação de capacitação de TIC para o segundo semestre de 2025.

Em relação à valorização dos servidores através da realização de treinamentos, tem-se o Plano Anual de Capacitação, no qual é feito levantamento das necessidades das unidades, respeitando as diretrizes do CNJ.

Mais de 90% das capacitações são realizadas de forma telepresencial, de forma a garantir o maior número de servidores treinados. No ano de 2024 tivemos 1.015 participações para um total de 295 servidores capacitados.

Cursos e eventos realizados por área

EJE

Parcerias NAID

- "Lançamento da Revista Mulheres pela Democracia na Paraíba" em homenagem ao Dia Internacional da Mulher"
- "Apresentação do Livro de Actas 1932/1933"

SECATE

- "Curso Registro de Candidatura"
- "Curso Propaganda Eleitoral: Da Pré-Campanha ao Marketing Digital"
- "Curso Julgamentos Eleitorais com Foco na Perspectiva de Gênero e Racial"
- "Curso Arrecadação de recursos, gastos eleitorais e prestação de contas - eleições 2024"
- "Curso sobre Ética, integridade e padrões de conduta dos servidores da Justiça Eleitoral"
- "Curso Análise de Prestação de Contas e elaboração de Parecer técnico conclusivo"
- "Curso: Reciclagem Compulsório - Gas"

NSUS

- "Eventos em Comemoração à Semana Mundial do Meio Ambiente."
- "Curso: Contratações Sustentáveis"

STIC

- "Curso Advanced Security, Database Vault e Data Masking"
- "Curso Cibersegurança Certified Ethical Hacker CEH v12"
- "Curso em metodologia OKR (Objectives and Key Results) - TIC"
- "Curso: MS 365 ENDPOINT ADMINISTRATOR"
- "Curso: Engenheiro de Redes e Sistemas Linux (Linux Administrator + Linux Engineer)"
- "Curso: Veeam Backup & Replication"
- "Expojud"

COPFEM

- "Apresentação Livro A Mulher no Processo Político Eleitoral Brasileiro - a Luta pela Igualdade e a Fraude à Cota de Gênero"

SEAUDI

- "Curso AUDI TI"
- "Curso: FRAUDE - Conhecimento em prevenção a fraudes"

AEII

- "Palestra sobre Escrita Simples"

DG

- "Curso Desinformação, Inteligência Artificial e os Novos Desafios da Justiça Eleitoral"

SAO

- "Curso: Elaboração e análise de planilha de custos e formação de preços para contratação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra"
- "Congresso Brasileiro: Orçamento e Formação de Preços de Obras Públicas."

SGP

- "Curso: Gestão de Desempenho"

SAS

- "Programa Neurociência para Psicólogos"
- "Curso Curso Ergonomia Aplicada: Atendimento da NR-17 e NR1-PGR"

Desenvolvimento na Carreira	
Reconhecimento de estabilidade	6
Servidores em estágio probatório	20
Progressão/Promoção Funcional	53

Ações de Qualidade de Vida no Trabalho			
Eixo	Projeto	Ações	Participações
SAÚDE	Mexa-se	4	363
SAÚDE	Informativos em Saúde	7	-
SAÚDE	Clínica do Trabalho	5	23
SAÚDE	Exames Periódicos de Saúde	-	84
SAÚDE	Viva saudável	-	5
SAÚDE	Valorização da Vida	2	40
SAÚDE	Cuide-se	2	106
SAÚDE	Compartilhar	4	90
SAÚDE	Outras ações	2	98
CQVT	Sexta.com	4	532

Reconhecimento de Servidores	
Anotação de Voto de Elogio nos Registros Funcionais	26

Resultados Alcançados

- Realização de diagnóstico de competências gerenciais em todas as Zonas Eleitorais do Estado.
- Continuidade dos projetos que tratam de ações direcionadas a promoção de saúde e prevenção de doenças e as que objetivam a melhoria da qualidade de vida no trabalho.
- Implantação do dimensionamento da força de trabalho na Justiça Eleitoral em 100% das unidades da Secretaria do TRE-PB.

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da [Resolução TSE nº 23.504/2016](#), foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.260 municípios e de possuir mais de 2.800 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que

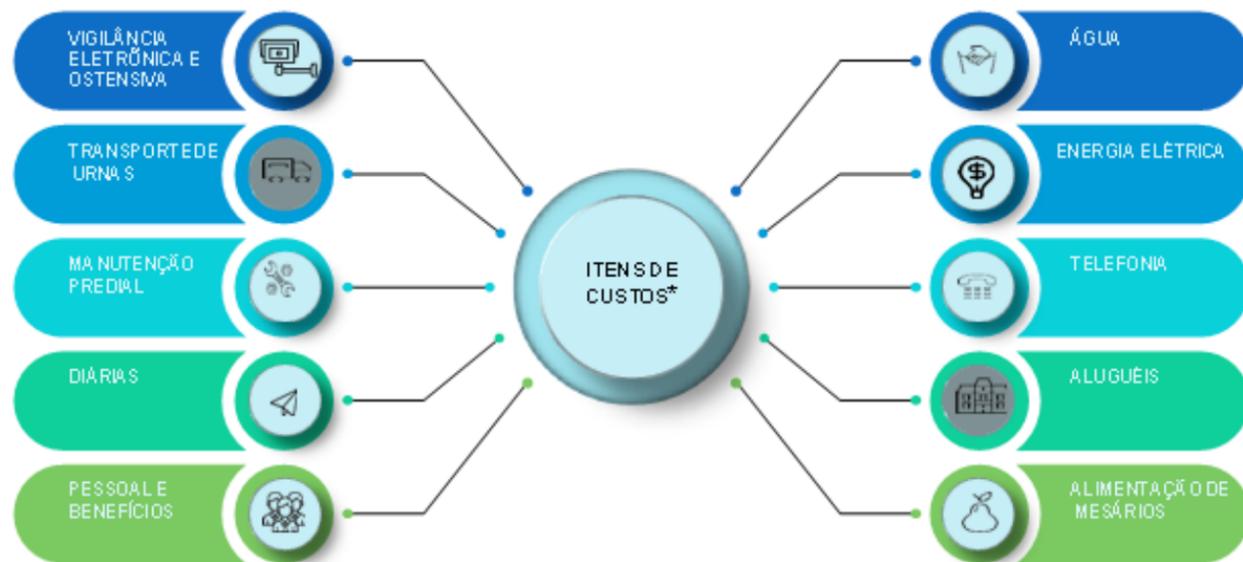
evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



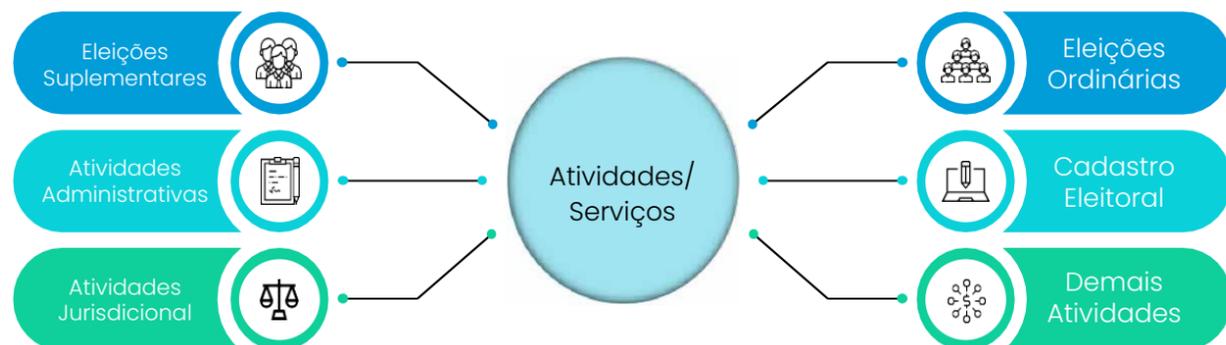
Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão **“com o quê?”** e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

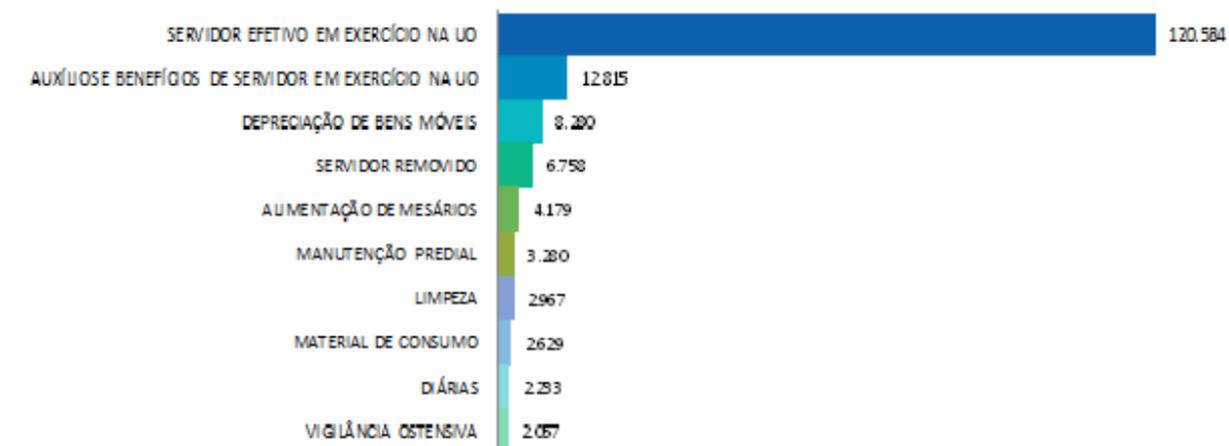
No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão **“para quê?”** e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços e algumas como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba no exercício de 2024**, que totalizaram R\$ 183,3 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



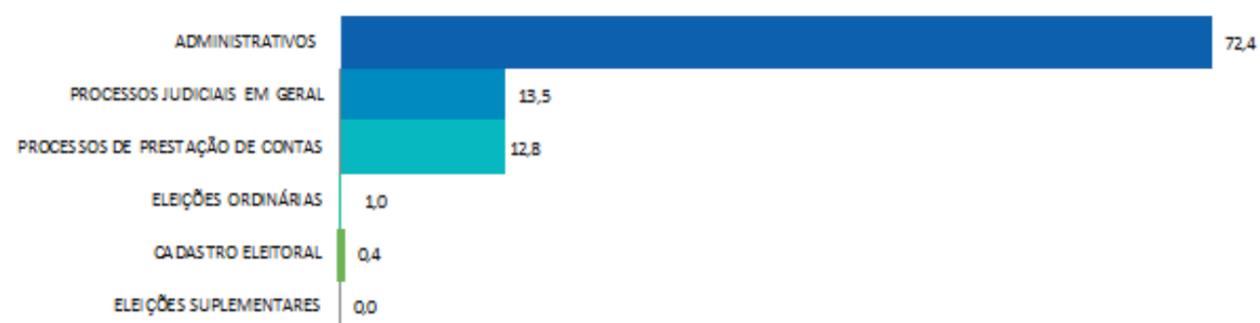
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



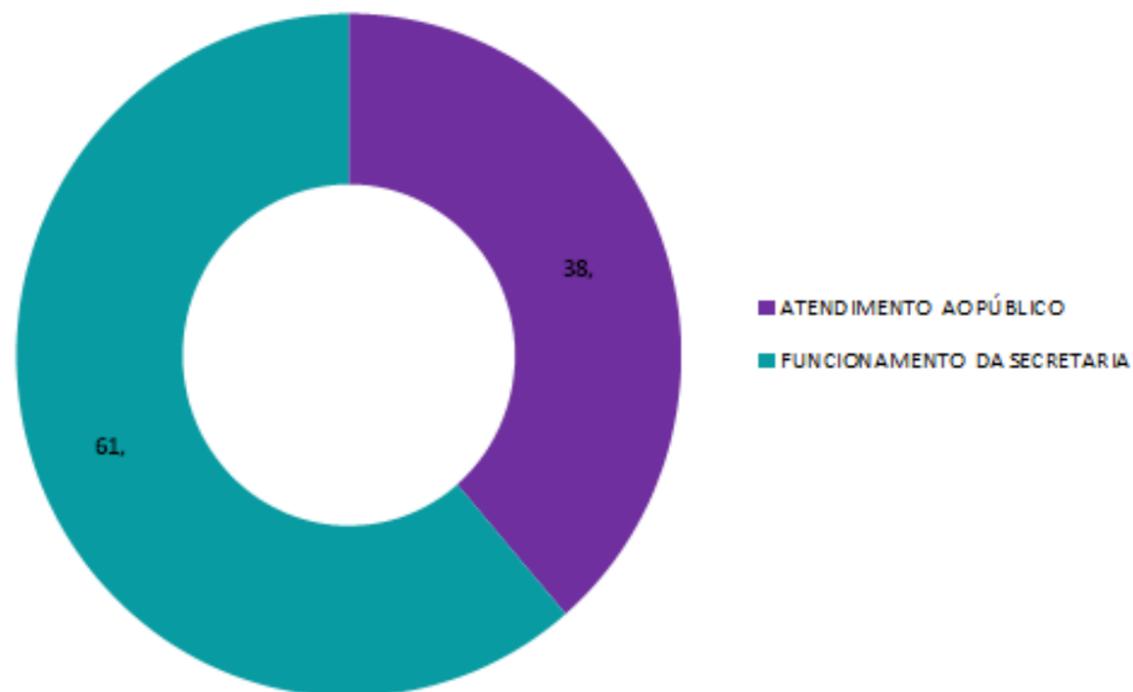
Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

Custos por Atividades/ Serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o atendimento ao público e o funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotação Inicial

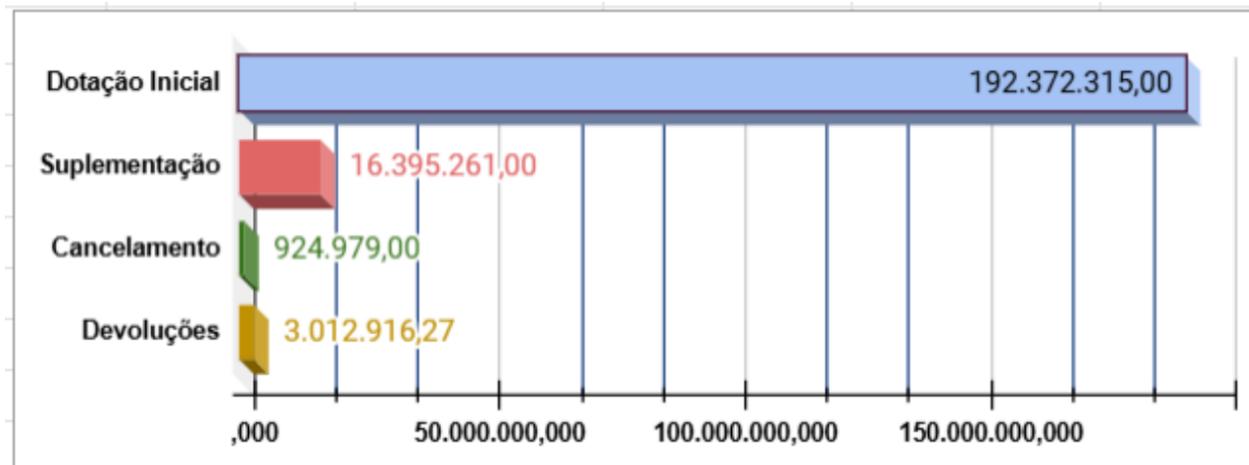
Para atender as despesas do exercício 2024, a Lei Orçamentária Anual de 2024 [LOA/2024] consignou para o TRE-PB o valor inicial de R\$ 192.372.315,00 (Cento e noventa e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e quinze reais), distribuídos em:

- a) R\$ 150.826.050,00 (Pessoal e Encargos Sociais);
- b) R\$ 39.283.531,00 (Custeio);
- c) R\$ 2.262.734,00 (Investimento).

Suplementações, Cancelamentos / Remanejamentos e Devoluções

No decorrer do exercício de 2024 identificou-se a necessidade de:

- a) Suplementações de créditos: R\$ 16.395.261,00;
- b) Cancelamentos/remanejamentos de Dotações: R\$ 924.979,00;
- c) Devoluções - (Pleitos + Segurança da Informação): R\$ 3.012.916,27

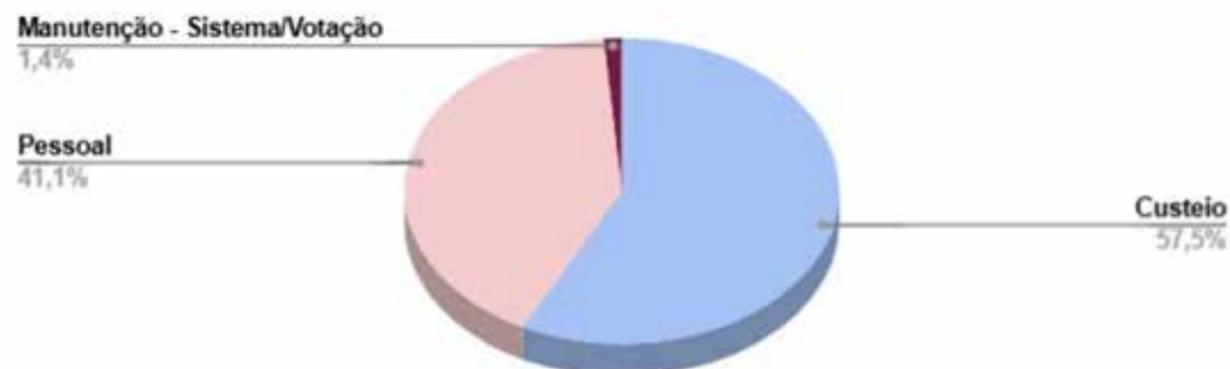


Descentralização de Créditos – Provisões

Ação: pleitos eleitorais – 2024:

O Orçamento Geral de Pleitos é unificado (Centralizado) no TSE, sendo a respectiva cota parte repassada (descentralizada) aos Regionais. No exercício 2024 a descentralização inicial de créditos ao TRE-PB perfaz o montante de R\$24.071.043,82, assim distribuídos:

- a) Custeios: R\$ 13.852.712,22
- b) Pessoal: R\$ 9.892.822,60
- c) Manutenção do Sistema de Votação: R\$ 325.509,00



Ação: Gestão da política de segurança da informação e cibernética da JE

De igual modo, o Orçamento Geral de Segurança da Informação é unificado (Centralizado) no TSE, sendo a respectiva cota parte repassada (descentralizada) aos Regionais, conforme estimativas apresentadas no final de 2023. No exercício 2024, a descentralização inicial de créditos ao TRE-PB perfaz o montante de **R\$5.557.120,40**.

TOTAL DAS PROVISÕES RECEBIDAS: (I + II) = R\$ 29.628.164,40

Despesas Extraordinárias

Existiram também despesas que se apresentaram eventuais e imprevisíveis, que não foram antevistas inicialmente no plano orçamentário de 2024. Tais dispêndios extraordinários foram assim distribuídos:

1. RP recebido de 2023 e Pagos em 2024 – **R\$ 7.393.377,19**
2. RP de 2023 Cancelados em 2024 – **R\$ 1.739.917,91**
3. RP Inscritos no Exercício 2024 – **R\$ 7.624.847,04**

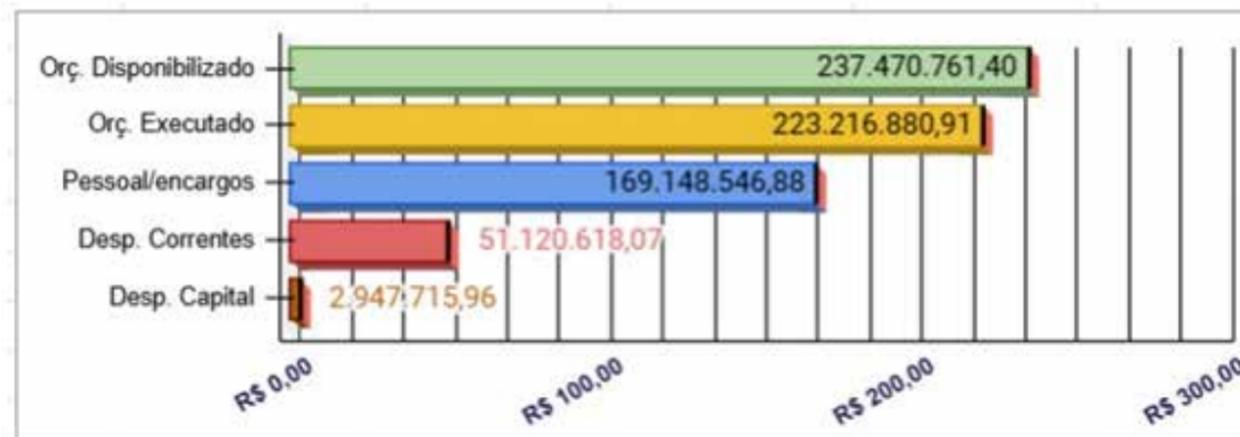
Resultados Alcançados

Com relação a resultados alcançados, no que se refere ao indicador estratégico 7.1 Índice de Execução Orçamentária, gerenciado pela COF/SEPOF, cuja meta para 2024 foi de 95% (noventa e cinco por cento), consigne-se que o percentual de execução alcançado no exercício de 2024, foi de aproximadamente 94,00% (noventa e quatro por cento), considerando o total das despesas liquidadas (R\$ 223.216.880,91), dividido pelo total da dotação disponibilizada (R\$ 237.470.761,40), conforme dados constantes abaixo:

Registre-se que compõe o total das despesas liquidadas **R\$ 223.216.880,91**

- Despesas de pessoal e encargos: R\$ 169.148.546,88
- Despesas de capital: R\$ 2.947.715,96
- Despesas correntes: R\$ 51.120.618,07

Esclareça-se que o percentual oficial com detalhamento estatístico somente é divulgado pelo TSE em abril de cada ano.



Sinopse da Execução Financeira

A aplicação dos recursos financeiros com vistas à realização da missão institucional do TRE-PB é integralmente registrada no SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Governo Federal) e consiste nos pagamentos aos fornecedores de bens e serviços (custeio e investimentos), diárias, ressarcimentos, reembolsos, folha de pagamento (ativos, inativos e pensionista).

Concomitantemente, para fins de acompanhamento e correções relacionados aos recolhimentos tributários e

recebimentos da União, utiliza-se a ferramenta de gerenciamento SISGRU (Sistema de Gestão do Recolhimento da União) onde é possível acompanhar os recolhimentos, fazer consultas, ajustes, correções e emitir relatórios.

Destaque-se a utilização do sistema “Web Gestão Tributária” do Governo Federal, que permite agilizar o acesso às informações relevantes acerca da tributação de contratos, compreendendo todos os impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS), orientando o Substituto Tributário (ordenador de despesa TRE-PB) sobre tributos, alíquotas, legislação e emissão de relatório analítico.

Outrossim, no âmbito das obrigações tributárias, mensalmente são realizados os recolhimentos previdenciários dos terceirizados e dos contribuintes individuais. De igual modo, são realizados os recolhimentos dos impostos federais e municipais. A partir de outubro/2022, parte destas informações passaram a ser consignadas no sistema “e-Social” onde são consolidadas as informações de contribuições previdenciárias da Administração Pública.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

As licitações e contratos foram regidos pela [Instrução Normativa TRE-PB nº 1/2018](#) e a [Lei nº 14.133/2021](#), sendo que os principais mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados correspondem à confecção de estudos preliminares capazes de identificar as diversas nuances da nova contratação, cujo modelo já vem sendo

implementado, além da efetiva realização da gestão de risco, bem como a nomeação de gestores e fiscais de contrato com capacitação para gerenciar e fiscalizar a execução dos mesmos.

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos foram:

- Contratações por dispensa de licitação - Artigo 75, da Lei 14.133/2021;
- Em virtude do valor - Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021;
- Emergencial - Artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021; E,
- Para execução de atividades de cunho tecnológico - Artigo 75, inciso XV da Lei 14.133/2021;
- Inexigibilidade de Licitação: Artigo 74, da Lei 14.133/2021;
- Adesões a Ata de Registro de Preços - Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023;
- Licitações por pregão eletrônico- Lei 14.133/2021;

Detalhamento dos Gastos das Contratações por Finalidade e Especificação dos Tipos de Serviços Contratados Para o Funcionamento Administrativo:

No exercício 2024, foram realizadas 229 contratações no valor total de R\$ 21.238.989,00, conforme abaixo:

Tipo	Quantidade	Valor (R\$)	%
Originadas de Licitação	153	16.414.293,58	77,30%
Dispensa de Licitação	39	1.542.553,83 (*)	7,30%
Inexigibilidade de Licitação	34	3.242.141,59 (*)	15,40%

(*) Por pertinente, registre-se que do total das contratações diretas, destacamos aquelas de maiores valores, a saber:

Dispensa de Licitação, no montante de **R\$ 1.542.553,83**, saliente-se:

- R\$ 1.149.986,15 - referente à contratação emergencial dos serviços de vigilância armada, com 19 (dezenove) postos de serviço, nos imóveis da Capital - 74,5% das dispensas;
- R\$ 109.890,00 - prestação do serviço de pesquisa e desenvolvimento de um software com potencial para detectar supostos áudios falsos veiculados durante o processo eleitoral que sejam questionados junto à Justiça Eleitoral - 6,8% das dispensas.

Inexigibilidade de Licitação, no montante total de **R\$ 3.242.141,59**, saliente-se:

- R\$ 1.805.732,01 refere-se à contratação para o fornecimento de energia - 55,7%, das inexigibilidades;
- R\$ 369.607,41 refere-se ao fornecimento de água/esgoto - 11,4% das inexigibilidades;
- R\$ 237.316,08 é relativo à Capacitação - 7,32% das inexigibilidades; e
- R\$ 714.814,84 foi destinado aos serviços/produtos de TIC - 22% das inexigibilidades.

As **contratações mais vultuosas** que foram realizadas por licitação foram:

Contrato	Objeto	Valor Total (R\$)
Contrato nº 01/2024	Prestação de serviços comuns de engenharia na forma de reparos construtivos e melhorias com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra	R\$ 763.600,00
Contrato nº 06/2024	Fornecimento de bens e serviços de inteligência cibernética, no formato de prestação de serviço, voltados para monitoramento, coleta e análise de dados, internos e externos, sobre ameaças cibernéticas do ambiente de rede do TRE-PB, com adoção de tecnologias de análise de comportamento, uso de inteligência artificial e machine learning não supervisionado	R\$ 4.520.920,00
Contrato nº 10/2024	Fornecimento de conjuntos de microcomputadores com monitor, incluindo prestação de assistência técnica do tipo "on-site", para o equipamento adquirido por meio da Ata de Registro de Preços n.º 93/2023 do TRE-SP, Pregão Eletrônico Federal 73/2023 (TRE-SP)	R\$ 1.463.550,00
Contrato nº 11/2024	Prestação dos serviços de manutenção predial, com o fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada, incluindo uniformes e EPI(s) para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos imóveis da Justiça Eleitoral da Paraíba (prazo de 12 meses)	R\$ 1.335.817,08
Contrato nº 15/2024	Prestação dos serviços de mão de obra no controle e movimentação de estoque (Almoxarife) e de Auxiliar de Carrego e Descarrego (prazo de 36 meses)	R\$ 1.259.967,60
Contrato nº 21/2024	Prestação de serviço técnico especializado de informática na área de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	R\$ 679.800,00
Contrato nº 31/2024	Locação de veículos, com condutores, para transporte de materiais e pessoas envolvidas nas Eleições de 2024 (1º e 2º turno)	R\$ 292.508,00
Contrato nº 32/2024	Contratação de empresa para a prestação do serviço de locação de veículos, com motorista, para o transporte de urnas eletrônicas, materiais específicos das Eleições de 2024 no Estado da Paraíba e, eventualmente, de servidores diretamente envolvidos nos preparativos e execução das Eleições 2024 (1º e 2º turno)	R\$ 351.563,00
Contrato nº 33/2024	Prestação do serviço de locação de veículos, com motorista, para o transporte de urnas eletrônicas, materiais específicos das Eleições de 2024 no Estado da Paraíba e, eventualmente, de servidores diretamente envolvidos nos preparativos e execução das Eleições 2024 (1º e 2º turno)	R\$ 479.327,00
Contrato nº 36/2024	Fornecimento de conjuntos de microcomputadores com monitor, incluindo prestação de assistência técnica do tipo "on-site" para o equipamento adquirido	R\$ 1.108.750,00
Contrato nº 46/2024	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de suporte técnico e atualizações, para os equipamentos Oracle Database Appliance - ODA X7 -2S, que abrigam o Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle, atualmente instalado em servidores do TRE/PB	R\$ 370.770,84
Ordem de serviço 285/2024	Prestação de serviço de fornecimento de Pacotes softwares (Autodesk - Suite AutoCAD Revit LT); Licenciamento de Softwares (Assurance de CAL do Windows RDP, Assurance de CAL do Windows Server por dispositivo e Assurance do Windows Server Datacenter); Licenciamento da subscrição do Windows Client VDI e; software Microsoft 365 Business Standard	R\$ 417.920,60
Ordem de serviço 286/2024	Prestação de serviço de fornecimento de Subscrição Veeam Backup	R\$ 302.500,00

Registre-se como "Gastos com funcionamento administrativo" (extraído do SIGEC):

Objeto	Valor (R\$)
Locação de Imóveis	R\$ 579.086,54
Fornecimento de Água	R\$ 369.607,41 ¹
Fornecimento de Energia	R\$ 1.805.732,01 ²
Vigilância ostensiva	R\$ 2.057.198,24
Limpeza, asseio, conservação e copeiragem	R\$ 2.966.667,50
Manutenção predial	R\$ 3.279.672,45
Aquisição de material de consumo	R\$ 2.629.233,69
Aquisição de bens/materiais permanentes	R\$ 23.735.073,75 ³
Combustível	R\$ 472.212,33
Serviços terceirizados (Motorista, recepção, almoxarife, carga e descarga)	R\$ 2.040.736,36 ⁴

1) Esclareça-se que o consumo de água, em m³, nos anos de 2022, 2023 e 2024 foi:

Exercício	Quantidade de m ³
2022	13.129
2023	13.122
2024	14.278

2) Em relação ao consumo de energia elétrica, em Kwh, nos anos de 2022, 2023 e 2024 foi:

Exercício	Quantidade de Kwh
2022	2.244.294
2023	2.133.238
2024	2.207.112

3) Quanto à aquisição de bens permanentes, frise-se que R\$ 22.799.930,18 referem-se aos equipamentos de processamento de dados, dentre estes, constam as 2.400 urnas eletrônicas que foram enviadas pelo TSE, no montante de R\$ 14.316.360,00;

4) Esclareça-se que o TRE-PB, em 2024, contou com 24 contratos de terceirização (limpeza, vigilância ostensiva, condução de veículos, recepção, auxiliar de serviços gerais/almoхарife e apoio administrativo) com um contingente total de 196 colaboradores.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Gestão Patrimonial Mobiliária

Os atos da gestão patrimonial foram realizados observando a Lei nº 14.133/2021, o Decreto 9.373/18, o Manual SIAFI e a [Instrução Normativa TRE-PB nº 3/2021](#).

A realização de um inventário com novos instrumentos de controle vem possibilitando que a Unidade de Patrimônio gerencie o patrimônio e detecte as falhas existentes. Em 2024 foram adquiridos bens no valor bruto de R\$ 18.300.069,68.

Ao término do Exercício de 2024, o patrimônio mobiliário do Tribunal alcançou, em valor bruto, o montante de R\$ 114.836.777,39, correspondente aos 52.410 bens, dentre estes, representando uma parcela considerável do patrimônio, constam as urnas eletrônicas.

Saliente-se os desfazimentos de bens realizados em 2024, que totalizaram 5.654 bens, no valor histórico total (valor em que foram adquiridos) de R\$ 3.185.158,56, correspondente, principalmente, aos equipamentos de processamento de dados que não estavam mais em uso pelo TRE-PB, seja por ociosidade ou por serem antieconômicos ou, ainda, classificados como irrecuperáveis, nos termos do [Decreto nº 9.373/2018](#) e da [Instrução Normativa TRE-PB nº 3/2021](#).

Gestão Patrimonial Imobiliária

Em relação aos imóveis próprios, locados e cedidos, destinados ao funcionamento da Justiça Eleitoral na Paraíba, tem-se:

- Total de Imóveis próprios: 34 Unidades funcionando em prédios próprios.
- Total de Imóveis locados: 16 prédios locados, cujo montante dos aluguéis pagos, em 2024, foi de R\$ 579.086,54;
- Total de Imóveis cedidos: 10 prédios cedidos.

Infraestrutura Predial

O Manual de rotinas e procedimentos relacionados às obras do TRE-PB, os Planos Mensais de Manutenção Predial e o Sistema próprio "OcoMon serviços gerais", possibilitam uma melhor gestão dos atendimentos, orientando os gestores desde o tratamento às requisições dos serviços, passando pela orientação à análise de necessidade de designação de fiscais nas intervenções, indo até a definição quanto à indicação da realização de obras ou dos serviços de engenharia.

No decorrer do exercício 2024, procurou-se aprimorar as ações de obras civis, estudos e projetos de engenharia e logística de transportes, sem se descuidar de todas as rotinas e protocolos de segurança traçados pelos órgãos estatais e normas internas do próprio Tribunal, sendo possível implementar melhorias nos imóveis com destaque para:

- **Contrato nº 01/2024.** Realização dos seguintes serviços: Alhandra - Adequação do imóvel alugado (instalações elétricas, lógica, refrigeração, etc). Valor R\$ 63.917,80. Realizado entre 22/04 e 12/07/2024.

- **Contrato nº 51/2023.** Execução da recuperação estrutural do prédio de Sousa. Obra iniciada em 04/12/2023. Termo de Recebimento Provisório em 10/04/2024. Termo de Recebimento Definitivo em 09/10/2024. Valor pago em 2024: R\$ 211.361,80. Valor total do contrato: R\$ 250.671,58.
- Contrato nº 39/2023. Execução da recuperação estrutural do prédio de Jacaraú. Obra iniciada em 04/12/2023. Termo de Recebimento Provisório em 25/03/2024. Termo de Recebimento Definitivo em 29/05/2024. Valor pago em 2024: R\$ 272.986,74. Valor total do contrato: R\$ 380.085,01.
- Estudos Preliminares e Termo de Referência para licitação de empresa ou profissional para execução da impermeabilização da cobertura do edifício Sede.
- Estudos Preliminares e Termo de Referência para licitação de empresa ou profissional para execução da sala de audiências no Fórum de João Pessoa.
- Elaboração de layouts.
- Serviços de Manutenção Predial:
- A gestão dos serviços de manutenção por meio da ferramenta de TIC denominada OcoMon - Monitoramento de Ocorrências de manutenção predial, contemplando a triagem e a classificação dos chamados segundo a matriz de gravidade, urgência e tendência (GUT).
- Elaboração dos Planos Mensais de Manutenção, com base na matriz GUT.

- Gestão da execução dos serviços, com a designação dos respectivos fiscais que acompanharão tanto o fornecimento de insumos quanto a execução em si do serviço, com prioridade para o acompanhamento à distância e, excepcionalmente, in loco, a depender da natureza do serviço, mantendo registros no OCOMON, com posterior apresentação de Relatório de prestação de contas, com os devidos registros fotográficos
-
- Gestão de suprimentos de fundos, destinados à realização de serviços ou fornecimento de materiais.
- Planejamento das contratações de Serviços de Manutenção Predial:
- Contratação dos serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva), com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada, incluindo uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os imóveis da Justiça Eleitoral da Paraíba.
- Contratação da instalação do novo ventilador da torre do sistema de ar-condicionado.
- Controle integrado de pragas urbanas englobando: desinsetização, desratização e descupinização.
- Contratação do serviço de seguro, sem franquias, contra incêndio, raio e explosão e os riscos deles derivados para os prédios, instalações, móveis e equipamentos indispensáveis

ao funcionamento dos locais de armazenamento de urnas e materiais eleitorais nos Núcleos de Voto Informatizado – NVI's, localizados nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Pombal

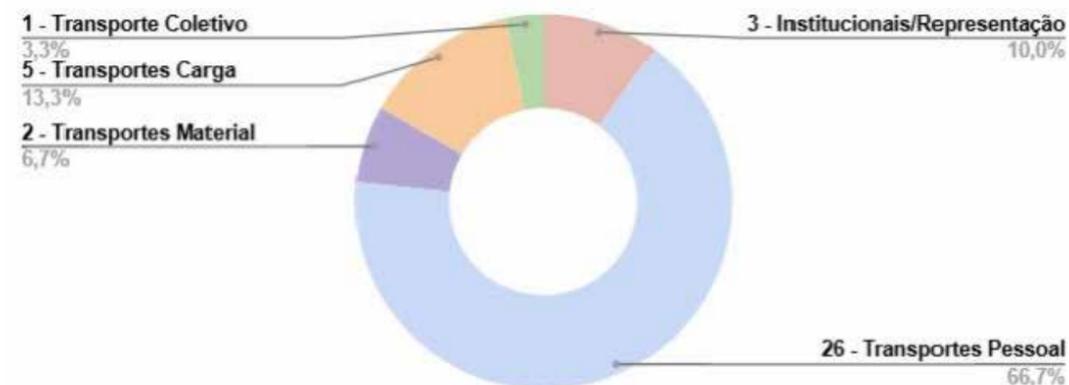
Gestão de Transporte

A logística de transporte do Tribunal compreende ações, tais como: gerenciamento de contratos; atendimento das solicitações de veículos através de sistema próprio; início dos processos de contratação de logística de eleições 2024; manutenção da frota; contratação de abastecimento dos veículos; distribuição de materiais de expedientes; e, condução de equipes técnicas de manutenções prediais e para os atendimentos de informática para todas as Zonas Eleitorais do Estado.

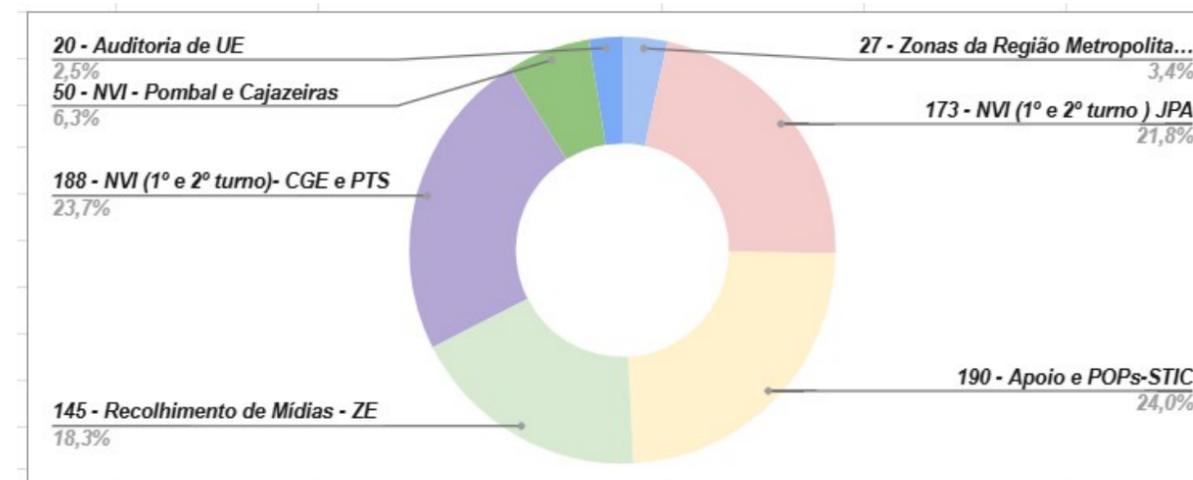
Para tanto, foram geridos os seguintes recursos:

Quadros Resumos dos Quantitativos Relativos aos Veículos. Veículos Próprios	
VEÍCULOS	TOTAL
Transporte de Representação	3
Transporte de Pessoal	20
Serviço Transporte de Pessoal e material	2
Serviço Transporte de Cargas	4
Serviço para Transporte Coletivo de Pessoal	1
Total de veículos	30

Observação: Desse total de veículos, foram disponibilizados quatro (04) veículos de passeio para unidades no interior do estado, sendo: Patos (uma Spin e um Doblô) e Campina Grande (uma Spin e um Doblô), restando 26 veículos para a região metropolitana de João Pessoa.

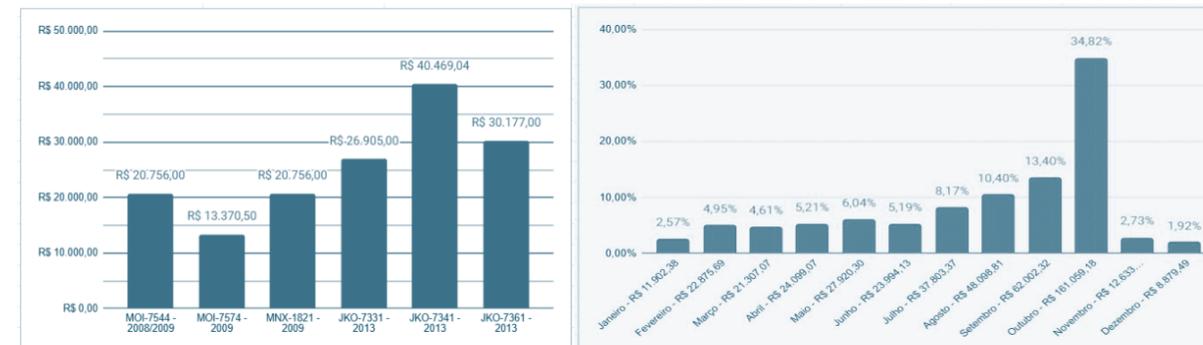


Observação: 382 veículos de passeio (cartórios, POPs e mídias); e 411 veículos para o transporte de urnas (vans NVIs).



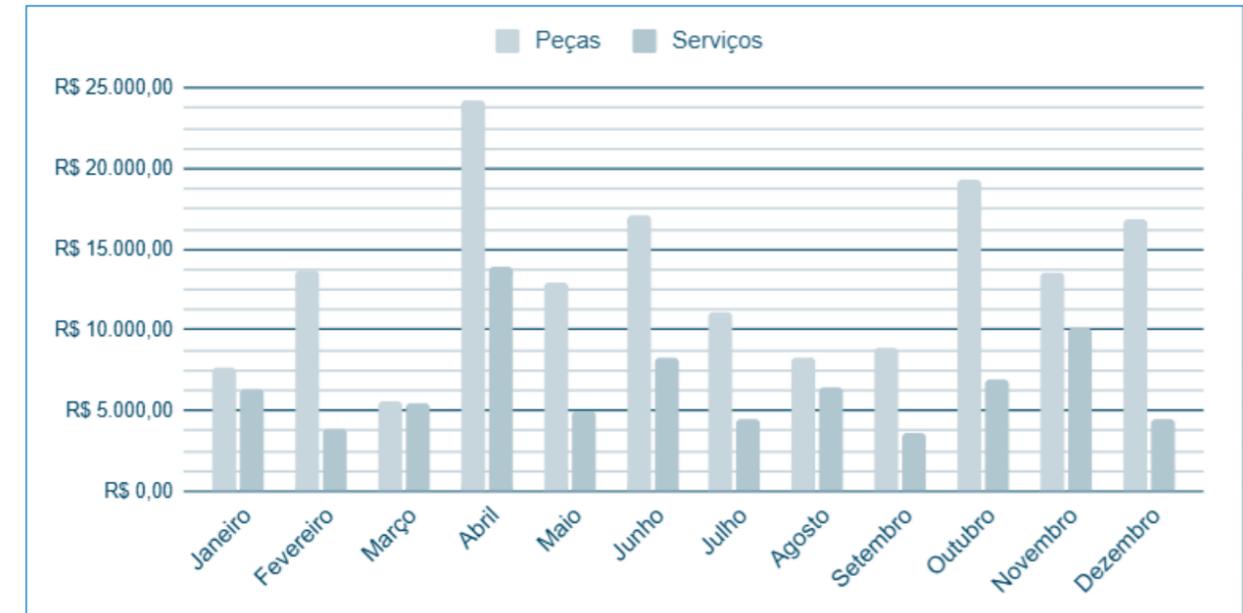
Destinação	Qtd Veículos
Apoio às Zonas da Região Metropolitana de JPA	27
NVI (1º e 2º turno) JPA - Eleições 2024	173
Apoio e POPs (STIC)	190
Recolhimento de Mídias (ZE)	145
NVI (1º e 2º turno)- CGE e PTS- Eleições 2024	188
NVI - Pombal e Cajazeiras - Eleições 2024	50
NVI - Pombal e Cajazeiras NVI - Pombal e Cajazeiras - Eleições 2024	20
Total de veículos locados para Eleições 2024	793

Gastos Com Combustíveis



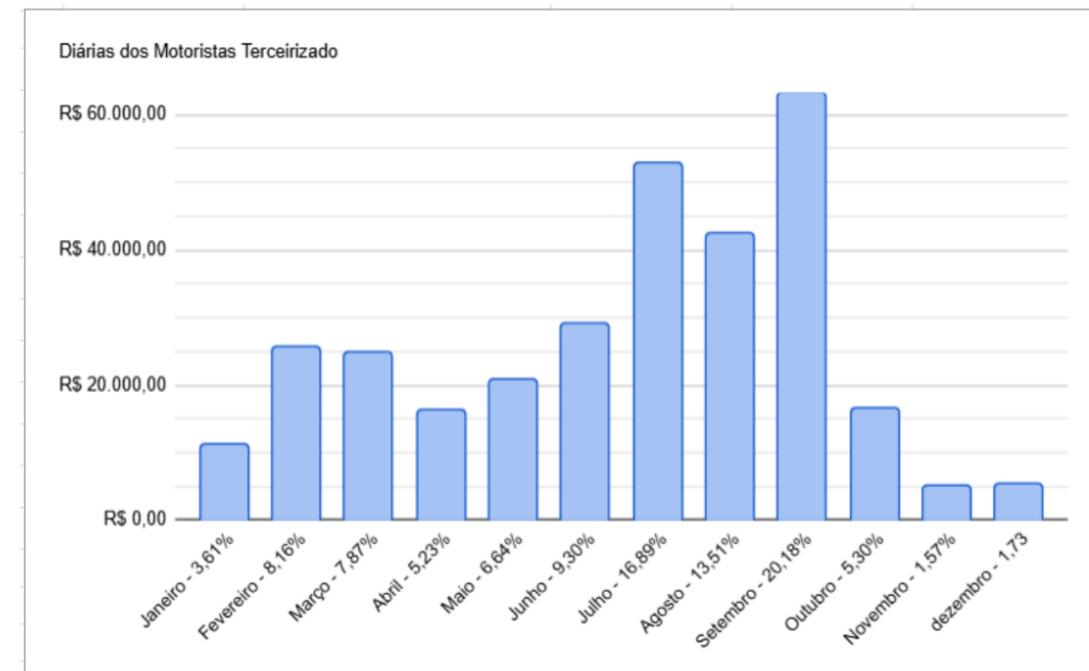
Manutenção da frota oficial

Mês	Peças	Serviços	Total
Janeiro	7.674,98	6.333,44	14.008,42
Fevereiro	13.729,02	3.834,18	17.563,20
Março	5.578,03	5.434,69	11.012,72
Abril	24.182,62	13.869,90	38.052,52
Maio	12.998,59	4.942,93	17.941,52
Junho	17.095,80	8.297,14	25.392,94
Julho	11.135,84	4.498,13	15.633,97
Agosto	8.279,42	6.436,33	14.715,75
Setembro	8.830,57	3.574,76	12.405,33
Outubro	19.312,82	6.878,67	26.191,49
Novembro	13.577,42	10.095,51	23.672,93
Dezembro	16.814,13	4.502,53	21.316,66
Total do Período	159.209,24	78.698,21	237.907,45



O Tribunal conta com 20 (vinte) postos de motoristas terceirizados para o atendimento de suas necessidades.

Quadros resumos dos quantitativos relativos aos motoristas.



Diárias motoristas terceirizados

Mês	Contrato nº 01/2023 (R\$)
Janeiro	11.316,98
Fevereiro	25.567,32
Março	24.675,54
Abril	16.400,57
Maio	20.800,61
Junho	29.161,46
Julho	52.940,59
Agosto	42.361,58
Setembro	63.239,00
Outubro	16.617,87
Novembro	4.934,22
Dezembro	5.427,68
Total Geral	313.443,42



Demonstrações Contábeis

4. Demonstrações Contábeis



As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam, a Lei 4.320/64, a Lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de

Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI, geradas por meio da transação CONDEMCON no SIAFI.

As demonstrações contábeis e notas explicativas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba estão publicadas na página "[Informações Contábeis](#)" do Portal do TRE-PB na Internet.

São as seguintes as demonstrações obrigatórias do Órgão:

Balanco Patrimonial – evidencia a situação patrimonial da entidade pública (ativos e passivos da unidade) por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanco Financeiro – evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanco Orçamentário – apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. É composto por Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento. Identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador

**Outras
Informações**



5.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Apresentam-se, abaixo, de forma sucinta, as informações acerca do tratamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) ao TRE-PB, no exercício 2024:

1. Ofício 026.513/2024 - Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU: comunica o Acórdão nº 3895/2024 - TCU - Primeira Câmara (Processo SEI nº 0006934-67.2024.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a). Cumprido: adotadas as providências (em síntese: ciência da decisão a(o) servidor(a), exclusão de verba e transformação de verba em parcela compensatória).

2. Processo SEI nº 0005946-17.2022.6.15.8000.

Cumprido: envio ao TCU das listas de autorizações de acesso às Declarações de Imposto de Renda, ano de 2023, dos servidores e autoridades vinculados ao TRE/PB.

3. Comunicado Diaup/AudPessoal 1/2024, de 6/5/2024, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU: informa que "o acompanhamento de possíveis irregularidades detectadas em folhas de pagamento de organizações públicas federais e distritais que utilizam o FCDF mediante cruzamentos de bases de dados permanece sendo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento, agora em seu 10º ciclo" (Processo SEI nº 0004859-60.2021.6.15.8000).

Cumprido: em síntese: ciência e continuidade do envio mensal ao TCU, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do TRE/PB.

4. Ofício 000.371/2023 TCU AudGovernança, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU: comunica Fiscalização em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 1205/2023-TCU-Plenário. O TCU esclarece que o objetivo do trabalho é avaliar a aderência de organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU às práticas de ESG - Environmental, Social and Governance (Processo SEI nº 0010079-68.2023.6.15.8000).

Cumprido: indicado(a) servidor(a) para atuar como interlocutor do TRE-PB. Respondido o questionário e envio das respostas para avaliação pelo TCU. Relatório individual do TRE-PB publicado na página do Tribunal na internet: [Auditoria Externa](#).

5. Ofício 000.452/2024 - AUDTI, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU: comunica que iniciou fiscalização do tipo Auditoria de Conformidade em 27/5/2024 (Fiscalis 96/2024), na forma do art. 239 do seu Regimento Interno (RITCU), com os objetivos de elaborar diagnóstico acerca dos controles implementados por organizações públicas federais para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e induzir tais organizações a conduzirem iniciativas para providenciar o pleno cumprimento da Lei 13.709/2018 (Processo SEI nº 0007075-86.2024.6.15.8000).

Cumprido: indicado(a) servidor(a) para atuar como interlocutor do TRE-PB. Respondido o questionário e envio das

6. Ofício 000.586/2024 – AUDTI, oriundo do Tribunal de Contas da União – TCU: comunica que iniciou fiscalização do tipo Levantamento em 8/7/2024 (Fiscalis 78/2024), na forma do art. 238 do seu Regimento Interno (RITCU), com o objetivo de avaliar a adoção de tecnologias e boas práticas pelas organizações públicas federais e outros entes jurisdicionados ao TCU que permitam ao público PCD (pessoas com deficiência) acessar sítios e serviços públicos digitais (Processo SEI nº 0008807-05.2024.6.15.8000).

Cumprido: indicado(a) servidor(a) para atuar como interlocutor do TRE-PB. Respondido o questionário e envio das respostas para avaliação pelo TCU.

7. Ofício 000.674/2024 – AUDPESSOAL, oriundo do Tribunal de Contas da União – TCU: solicita o encaminhamento, de forma exclusiva por meio do sistema e-Pessoal (<https://atospessoal-diligencia.apps.tcu.gov.br>), dos documentos e/ou esclarecimentos e/ou correções de ato de pessoal discriminado (Processo SEI nº 0010764-41.2024.6.15.8000).

Cumprido: adotadas as providências (em síntese: inclusão das contribuições previdenciárias ocorridas no período em que o servidor trabalhou no IBGE).

8. Instrução Normativa (IN) TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa (DN) TCU nº 187/2020 (Processo SEI nº [0012032-72.2020.6.15.8000](#)).

A DN 187 estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações e da IN TCU nº 84/2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e

responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

Em Permanente Cumprimento – o trabalho encontra-se em andamento, inclusive a auditoria financeira, e passou a ser permanente.

9. Apuração e/ou tratamento de 03 indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal.

- 1 (um) no processo 0005314-54.2023.6.15.8000;

- 1 (um) no processo 0005289-07.2024.6.15.8000;

- 1 (um) no processo 0007235-14.2024.6.15.8000;

Em Permanente Cumprimento – após análise e tratamento pelo TRE dos indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal.

10. Envio mensal ao TCU, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do TRE-PB.

Em Permanente Cumprimento – Atualmente este Tribunal vem cumprindo rotineiramente a determinação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE-PB.

5.2 Auditorias e Consultorias internas

A [Resolução TRE-PB nº 26/2018](#) disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE-PB: Secretaria de Auditoria Interna (SEAUDI). Esta unidade, que apoia a Governança, é vinculada administrativamente à Presidência e funcionalmente ao Plenário do Tribunal. É responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, visando adicionar valor e melhorar as operações da organização.

Os resultados dos trabalhos de auditoria e consultoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Eles estão disponíveis no menu Transparência e Prestação de Contas: [Relatórios de Auditorias e Consultorias](#).

A unidade de auditoria interna tem estimulado a disseminação de temas éticos e de integridade no âmbito da organização. Também é realizado o monitoramento trimestral dos documentos publicados no site do Tribunal, na página da “Transparência e Prestação de Contas”, visando prevenir omissões de informações obrigatórias ao dever de prestar contas, nos termos do art. 10, da [IN TCU nº 84/2020](#).

A SEAUDI também quantifica e divulga os benefícios advindos das recomendações implementadas: [Benefícios concretizados de auditorias](#).

A SEAUDI em números no exercício 2024:

Equipe

Supervisor
01

Auditores
04



Auditorias e Consultorias



05 Auditorias

- *Política de Incentivo à Participação Feminina;*
- *Governança e gestão de Aquisições;*
- *Segurança da Informação;*
- *Certificação de contas 2023;*
- *Certificação de contas 2024 (em andamento);*

01 Consultoria

- *Contínua de Implementação de recomendações de auditoria;*

Achados e Recomendações



Achados de
Auditoria

 **37**

Recomendações de
Auditoria

 **34**

● Relatórios de monitoramento das
recomendações: **18**

● Relatório anual de atividades
ao plenário : **1**

Resultados

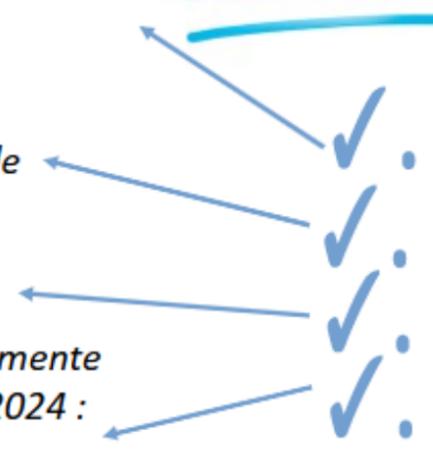


● **Recomendações atendidas**
no exercício 2024: **51**

● **Recomendações em
andamento ao final de**
2024: **40**

● **Recomendações
consideradas parcialmente
implementadas em 2024 :**
05

Resultados



Análise da legalidade de atos de pessoal no exercício 2024:

Análise mandatórias



Admissões

05

Aposentadorias

13

Pensão civil

03

Ações de Capacitação



Cursos
35

Horas de treinamento
recebidas por auditores
*** 694 horas**

**Quantidade mínima recomendada pelo CNJ, tendo em vista a quantidade de auditores = 200 horas (40h por auditor)*

Quanto ao item Informações orçamentárias, financeiras e contábeis:

Não houve contratação de empresa de auditoria independente.

Resultados alcançados:

- Foram executadas todas as auditorias e consultorias programadas no Plano Anual de Auditoria de 2024.

- Evolução do indicador estratégico n. 8.1 - Índice de cumprimento de recomendações expedidas:

Apuração 1º semestre 2024	Apuração 2º semestre 2024
63,71%	67,91%

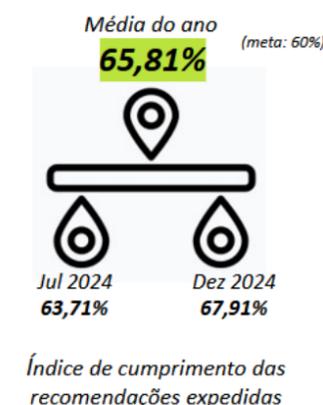
- Apuração do indicador no ano de 2024 (média): 65,81% Meta: 60%

- Indicador geral de percepção positiva da atuação da SEAUDI pelos servidores da Justiça Eleitoral na Paraíba: 84,24%.

- Indicador de percepção positiva da atuação da SEAUDI pelos servidores da Justiça Eleitoral na Paraíba que já passaram por auditoria: 84,60%.

Todos esses resultados estão publicados na internet: [Auditoria Interna do TRE/PB](#).

Evolução do ind. estratégico n. 8.1



Comunicação



04 Boletins informativos

SEAUDI

01 Revisão de processo de trabalho de monitoramento

28 Reuniões internas gerenciais

16 Reuniões ou e-mails aos clientes (monitoramento)

02 Relatórios gerenciais de monitoramento